Promotora de
Justiça

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Palácio da Justiça
Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
São Paulo/SP - CEP 01018-010
Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 25 de novembro de 2016.

Referência:
Ofício n.º 3583-O/2016 - amp
Direta de Inconstitucionalidade nº 2218027-57.2016.8.26.0000 **(DIGITAL)**
Número de Origem: 1751/1991
Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo
Réus: Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto e outro

Senhor Presidente,

A fim de instruir os autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade em epígrafe, requisito a Vossa Excelência as necessárias *informações,* no prazo legal.

Comunico, outrossim que, nos termos da decisão proferida, foi ***concedida, em parte, a liminar***, e que a íntegra dos autos do processo eletrônico encontra-se disponível no endereço http://esaj.tjsp.jus.br . **Senha de acesso anexa.**

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

João Negrini Filho
Desembargador Relator

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0435-2016
06/12/2016 15:32:21
Gabriel Pinheiro

Ao Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto - SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2218027-57.2016.8.26.0000 e o código 4BE5569.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
SJ 6.1 - Serv. de Proces. do Órgão Especial
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Sala 309 - CEP: 01018-010

SENHA DE ACESSO AO PROCESSO

São Paulo, 28 de novembro de 2016.

Recurso :Direta de Inconstitucionalidade

Processo nº : 2218027-57.2016.8.26.0000 .

Partes :Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo
Réus: Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto e Prefeito Municipal de Elias Fausto

Para acesso o processo digital a parte deve digitar a senha:

tcvfyf

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP 13190-000, Fone: (19) 3879-2161, Monte Mor-SP - E-mail: montemor@tjsp.jus.br

DECISÃO-MANDADO

Processo nº:	**1002063-10.2015.8.26.0372**
Classe - Assunto	**Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital**
Impetrante:	**Ideval Batista Magalhães**
Pessoa(s) a ser(em) citada(s):	**Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto, Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro - CEP 13350-000, Monte Mor-SP**

CONCLUSÃO. Em **22 de janeiro de 2016**, faço estes autos conclusos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Judicial desta Comarca. Eu, Vanessa Stipp, Assistente judiciária, matr. 363.352.

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0061-2016
01/03/2016 10:35:16
Gabriel Pinheiro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Primeiramente, defiro ao impetrante os benefícios da gratuidade processual. Anote-se.

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por Ideval Batista Magalhães em face do Presidente da câmara Municipal de Elias Fausto, em que requer, liminarmente, a ordem para a convocação para a imediata nomeação ao concurso em que foi aprovado em primeiro lugar.

Compulsando os autos, verifico que o impetrante foi aprovado em primeiro lugar em cargo com previsão de 1 (uma) vaga, com validade de 2 (dois) anos prorrogados por mais 2 (dois) anos, com vencimento em 26/01/2016.

Desta forma, apesar do prazo não restar vencido, por economia processual, recebo a inicial ante a grande proximidade desta data, indeferindo, no entanto, o pedido liminar pela mesma razão de fato e de direito.

Assim, nos termos do inciso I e II do artigo 7º da Lei do Mandado de Segurança, notifique-se a autoridade coatora (Presidente da Câmara Municipal), para que preste informações e apresente a documentação pertinente no prazo de 10 dias.

Sem prejuízo, cientifique-se do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.

Intimem-se.

Monte Mor, 22 de janeiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código F39154.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP 13190-000, Fone: (19) 3879-2161, Monte Mor-SP - E-mail: montemor@tjsp.jus.br

CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

A CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTE

ITENS 4 e 5 DO CAPÍTULO VI DAS NORMAS DE SERVIÇO DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, TOMO I

*Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "**4.** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. **4.1.** As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. **4.2.** Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. **4.3.** Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. **5.** A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.*

***Advertência:** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código F39154.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP 13190-000, Fone: (19) 3879-2161, Monte Mor-SP - E-mail: montemor@tjsp.jus.br

OFÍCIO - SENHA DE ACESSO DA PARTE

Os dados do processo abaixo identificado podem ser consultados na Internet, no site do Tribunal de Justiça de São Paulo (http://www.tjsp.jus.br), clicando em "Processo Digital, e-SAJ, Consultas processuais e, por fim, Consulta de processos do 1º grau.

Processo Digital:	**1002063-10.2015.8.26.0372**
Classe – Assunto:	**Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital**
Impetrante:	**Ideval Batista Magalhães**
Impetrado:	**Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto**
Senha:	**haspvl**

Justiça Gratuita

Para consultar os dados informe a senha ao ser solicitada no site. Ressaltamos que a senha é de uso pessoal e intransferível, permitindo acesso total à tramitação processual.

Monte Mor, 19 de fevereiro de 2016

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Monte Mor-sp

Processo nº 1002063-10.2015.8.26.0372
(mandado de segurança)

Amarildo Braz, portador do RG/SSP/SP 17.668.986-2 e do CPF-MF 075.796.468-03, na condição de Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Elias Fausto, considerando o despacho de Vossa Excelência, que determina a prestação de informações em relação ao Mandado de Segurança interposto por Ideval Magalhães, vem mui respeitosamente, expor e requerer o que se segue:

1. O impetrante prestou concurso público para ocupar o cargo de "motorista", de referência "04", conforme previsto no Edital do Concurso Público nº 01/2011 (ora anexado), concurso este em que, realmente, passou em primeiro lugar para ocupar o cargo em comento.

2. De acordo com item 10.4 do referido Edital, a validade do mesmo era de 2 (dois) anos, prazo este que, posteriormente, foi prorrogado por mais 2 (dois) anos, conforme se vislumbra da Portaria nº 16/2013, terminando tal período em 24 de Janeiro de 2016.

372 FCPR.16.00005496-5 000316 1449 004

3. Inobstante a isto, por força da Lei Complementar nº 077 de 27 de Julho de 2015, cuja cópia segue anexa, os cargos de "motorista" e de "diretor administrativo", preteritamente criados pela Lei Complementar nº 031/2009, foram extintos, ficando este Presidente, por óbvio, impedido de convocar/efetivar o impetrante após a promulgação da referida Lei Complementar, porque, afinal de contas, o cargo para o qual o interessado havia prestado o concurso já não mais existia.

4. Sendo assim, na atualidade, o cargo de provimento efetivo de "motorista", de referência "04", não mais existe por força do que dispôs a Lei Complementar nº 077/2015, ficando o Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto impossibilitado de contratar o impetrante.

5. Logo, o subscritor da presente resposta não está cometendo qualquer ilegalidade ou arbitrariedade no exercício de sua função pública. Muito pelo contrário, infelizmente, está seguindo o arcabouço legal à risca, motivo pelo qual não pode empossar o impetrante para cargo inexistente na atualidade.

6. Portanto, pede e espera que o presente processo seja julgado improcedente, pois obviamente não se observa no caso concreto qualquer situação que justifique a sua interposição ou mesmo a concessão de qualquer medida liminar.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Elias Fausto, 07 de Março de 2016.

Amarildo Braz

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SJ 6.1 - Serv. de Processamento do Órgão Especial
Palácio da Justiça
Praça da Sé, s/n - Centro - 3º andar - sala 309
São Paulo/SP - CEP 01018-010
Tel: (11) 3117-2680, e-mail: sj6.1.2@tjsp.jus.br

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Ofício n.º 384 - A/2016-amp
Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000 **(DIGITAL)**
Número de Origem: 1751/1991
Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réus: Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto e outro

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0071-2016
10/03/2016 13:55:15
Gabriel Pinheiro

Senhor Presidente,

Permito-me transmitir a Vossa Excelência cópia do V. Acórdão prolatado nos autos de Direta de Inconstitucionalidade supramencionados.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente do Tribunal de Justiça

A
Sua Excelência, o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
ELIAS FAUSTO - SP

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 2419C35.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2016.0000025972

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, são réus PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO e PREFEITO MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "AFASTARAM A PRELIMINAR E JULGARAM A AÇÃO PROCEDENTE EM PARTE, COM MODULAÇÃO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, VICO MAÑAS, SILVEIRA PAULILO, NUEVO CAMPOS, LUIS SOARES DE MELLO, ADEMIR BENEDITO, PEREIRA CALÇAS, XAVIER DE AQUINO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VILLEN, LUIZ ANTONIO DE GODOY E BORELLI THOMAZ.

São Paulo, 27 de janeiro de 2016.

JOÃO NEGRINI FILHO

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000

Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo
Réus: Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto e Prefeito Municipal de Elias Fausto
Comarca: São Paulo
Voto nº 19.120

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ARTS. 35 E 36 E ANEXO III DA LEI 1.751/91 E ART. 3º DA LEI 1.982/95, AMBAS DO MUNICÍPIO DE ELIAS FAUSTO - INADMISSIBILIDADE DE PREVISÃO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SEM DESCRIÇÃO DAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES – CARGO DE "CONSULTOR JURÍDICO" QUE DEVE SER PROVIDO NA FORMA DE SISTEMA DE MÉRITO, POR SE TRATAR DE ADVOCACIA PÚBLICA - PREVISÃO DE GRATIFICAÇÃO DE ATÉ 100% DE ACRÉSCIMO SALARIAL QUE CONFIGURA AUMENTO INDIRETO E DISSIMULADO DE REMUNERAÇÃO - VIOLAÇÃO AOS ARTS. 5º, 98, 99, 100, 111, 115, 128 E 144 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PELO MÉRITO, COM MODULAÇÃO DE EFEITOS.

Trata-se de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade promovida pelo DD. Procurador Geral de Justiça em face do Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Elias Fausto/SP, tendo por objeto os arts. 35 e 36 e o Anexo III da Lei Municipal 1.751/91 e o art. 3º da Lei Municipal 1.982/95.

Afirma a Procuradoria de Justiça, inicialmente, que os empregos de provimento em comissão de Secretário Geral, Chefe de Gabinete, Diretor de Departamento, Consultor Jurídico, Atendente de Gabinete, Oficial de Gabinete, Secretário de Gabinete, previstos no Anexo III da Lei 1.751/91, e os de Comandante da Guarda Municipal e Subcomandante da Guarda Municipal, acrescentados pelo art. 3º da Lei 1.982/95, violam os arts. 111; 115, incs. I, II e V, e 144 da Constituição do

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Estado, pois não há nas normas indicadas descrição das atribuições atinentes a cada emprego, o que vulnera o princípio da legalidade. Salienta, quanto a este ponto, ser incabível delegar ao Poder Executivo a regulamentação destas atribuições, visto que a Constituição Federal e a Constituição Estadual exigem lei em sentido estrito para a criação de cargos/empregos – o que, evidentemente, engloba a definição das atividades a serem exercidas pelos seus ocupantes, especialmente no caso de provimento em comissão. Alega, outrossim, que o emprego de Consultor Jurídico, por envolver a realização de atividade de advocacia pública, é reservado a profissionais recrutados pelo sistema de mérito, como estabelecem os arts. 98 a 100 da CE. Aduz, demais disso, que a gratificação prescrita no art. 35 da Lei 1.751/91 ("acréscimo salarial de até 100%") é incompatível com a CE (princípios da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade - art. 111) porque fornece ao Chefe do Executivo ampla e excessiva discricionariedade, permitindo que conceda percentuais de gratificação segundo critérios subjetivos e discriminatórios, alheios, portanto, ao interesse público primário. Ainda, ressalta que é a lei em sentido estrito que deve prever quaisquer tipos de vantagens pecuniárias aos servidores. Diante de tudo isso, pede a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos normativos acima indicados.

Não houve pedido de antecipação de tutela.

A Procuradoria Geral do Estado deixou de ser manifestar, por estar em discussão matéria de interesse exclusivamente local (fl. 122/124).

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

O Presidente da Câmara Municipal manifestou-se à fl. 129, atestando não haver inconstitucionalidade nas leis em questão, pois o Município tem autonomia constitucionalmente prevista para se auto-organizar. Acrescentou que existe Lei Municipal autorizando a lotação dos cargos em apreço e prevendo a concessão de gratificações via Decreto, o que afasta a alegação de irregularidade. Por fim, informou não ter sido apresentado, até aquele momento, projeto de lei visando alterar o texto dos dispositivos legais atacados.

Por sua vez, o Prefeito Municipal alegou, preliminarmente, ter havido reunião com a Representante do Ministério Público de Monte Mór em 08.07.2015, na qual pactuaram a elaboração de minuta de novo Termo de Ajustamento de Conduta (outro acordo desta espécie já havia sido celebrado em novembro de 2009, o que levara à aprovação de novas normas a fim de adequar as regras do funcionalismo público à lei), alcançando inclusive a gratificação do art. 35 da Lei 1.751/91. Em razão disso, postula a suspensão do feito até que o Termo firmado seja cumprido. No mérito, retira a argumentação do Presidente da Câmara Municipal, no sentido de que a Constituição Federal concedeu autonomia ao Município para tratar de interesses locais, não havendo inconstitucionalidade em normas que justamente tratam de interesses municipais, como o funcionalismo público local. Quanto ao acréscimo salarial aos servidores que exercem "Função Gratificada", justifica a sua existência em razão da realização por eles de trabalhos extraordinários, permanecendo de manhã até a noite em serviço, viajando constantemente à

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

cidade de São Paulo e a outros lugares, atendendo à população e aos vereadores, tudo isso além dos seus encargos normais. Acrescenta que a gratificação é necessária nestes casos também porque tais funções não podem ser remuneradas com horas extraordinárias. Salienta, ainda, que a estrutura administrativa do Município e as atribuições de cada departamento estão previstas na Lei Municipal 1.750/91. E ressalta que as atribuições do Comandante da Guarda Municipal estão previstas na Lei Municipal 2.565/2009, inexistindo nomeação para o cargo de Subcomandante da Guarda, conforme se verifica na estrutura da Corporação estabelecida no art. 7º da referida Lei Municipal. Por fim, pede que o julgamento da presente demanda permaneça suspenso enquanto estiver pendente a elaboração de projeto de lei para atender a acordo firmado do Representante do Ministério Público. Caso este entendimento não prevaleça, pugna pela improcedência da ação, visto ter legislado quanto a interesses locais, como lhe permite a Constituição Federal.

Foi juntada pelo Prefeito cópia das Leis Municipais 1.750/91 e 2.565/09 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto)

A douta Procuradoria Geral de Justiça se manifestou sobre as informações prestadas. Aos argumentos trazidos na peça vestibular acrescentou que a assinatura de termo de ajustamento de conduta entre a Prefeitura de Elias Fausto e o Representante do Ministério Público de Monte Mór, visando à regularização dos cargos comissionandos, não constitui óbice ao trâmite da presente ADI porque o objeto de ambos é diverso e não causam prejudicialidade um ao outro.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Caso cumpra o TAC, a Prefeitura terá albergado o bem da vida tutela constitucionalmente, porém, a lei em questão não será necessariamente retirada do mundo jurídico a partir daquela conduta. Para tanto, o único meio possível é a ação direta de inconstitucionalidade, máxime porque a assinatura do TAC não afasta o vício de inconstitucionalidade. Salienta ser este o entendimento do Órgão Especial (ausência de prejudicialidade), o que também impede que se suspenda o andamento do presente feito. Quanto este último ponto, acrescenta que não foi nem mesmo apresentado pelo Prefeito cópia do projeto de lei de que trata o TAC, tampouco do pedido de urgência em sua apreciação pelo Legislativo Municipal. Quanto aos demais pontos, reiterou suas alegações iniciais.

É o relatório.

A preliminar deve ser afastada de plano.

Esta Corte já consolidou o entendimento de que a existência de Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público não obsta a apreciação da análise da constitucionalidade das normas legais, mostrando-se incabível o sobrestamento do feito até o encerramento do prazo acordado para adequação da situação funcional do Município.

Por todos, confira-se o v. Acórdão proferido na ADI 2098377-84.2014.8.26.0000, de Relatoria do E. Des. Evaristo dos Santos.

Em reforço, registre-se ter o Presidente da Câmara de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Elias Fausto informado não existir, até o momento, projeto de lei cujo objeto seja a modificação ou revogação dos dispositivos legais tratados nesta ação.

Passo ao mérito.

O Anexo III da Lei 1.751/91 e o art. 3º da Lei 1.982/95 realmente não trazem a descrição das atribuições atinentes aos empregos de Secretário Geral, Chefe de Gabinete, Diretor de Departamento, Consultor Jurídico, Atendente de Gabinete, Oficial de Gabinete, Secretário de Gabinete e Subcomandante da Guarda Municipal.

O art. 36 da Lei 1.751/91 assim prescreve:

> *"Art. 36 – Ficam criados os Empregos em Comissão, de livre nomeação e exoneração do Executivo, cujas denominações, números, símbolos e graus, encontram-se fixados no Anexo III, que fica fazendo parte integrante e inseparável desta."*

O Anexo III, por sua vez, cinge-se a um quadro contendo o número de cargos disponíveis, a denominação de cada um (como arrolado acima), o símbolo e o valor dos vencimentos.

Já o art. 3º da Lei 1.982/95 estabelece o seguinte:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

"Ficam criados os empregos em Comissão de Comandante da Guarda Municipal, Símbolo C-1 e de Subcomandante da Guarda Municipal, Símbolo C-5, no QUADRO DE EMPREGOS EM COMISSÃO, constantes no Anexo III, da Lei 1751, de 28 de Junho de 1991."

Pois bem, não resta dúvida de que os dispositivos normativos em questão contrariam os arts. 111 e 115, incs. I, II e V, da Constituição do Estado.

Isso porque, sem a indicação clara e precisa das atividades a serem realizadas naqueles empregos, mostra-se impossível aferir se elas realmente dizem respeito a funções de direção, chefia e assessoramento, como determina o art. 115, inc. V.

Ademais, é certo que a concessão de poder ao Chefe do Executivo para preenchimento de cargos em comissão sem parâmetros objetivos de controle (isto é, a descrição das atividades) atenta contra os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, como argumenta a Procuradoria de Justiça.

A demanda **não** merece acolhida neste ponto **apenas no que diz respeito ao emprego de Comandante da Guarda Civil Municipal**. Como informou a Prefeitura de Elias Fausto, as atribuições de tal cargo estão prescritas no art. 10 da Lei Municipal 2.565/2009 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto).

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Observo que, embora a boa prática legislativa recomendasse a descrição das suas atribuições no próprio diploma legal que cria o emprego, a segurança jurídica permite, no caso em tela, que se reconheça a conformidade do art. 36 da Lei 1.751/91 e de seu Anexo III à Constituição Estadual, quando aplicado em conjunto com o disposto no art. 10 da Lei 2.565/09.

Em outras palavras, se a irregularidade foi sanada por meio de lei em sentido estrito anterior ao ajuizamento da presente ação, não se vislumbra inconstitucionalidade atual que pudesse ensejar a procedência do pedido neste ponto.

Vale registrar, outrossim, ainda no tocante aos empregos de provimento em comissão, que a inexistência de previsão da estrutura hierárquica da GSM de Elias Fausto da figura do Subcomandante da Guarda Municipal não impede o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo que previu a sua criação.

Quanto ao cargo de "Consultor Jurídico", consigno que, independentemente da ausência de descrição das atividades, a forma como se deu a sua criação, com provimento em comissão, afronta os arts. 98 a 100 da CE, aplicáveis aos Municípios pela regra da simetria (art. 144 da CE).

Com efeito, também está pacificado neste E. Órgão

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Especial o entendimento de que as atividades de advocacia pública, inclusive as de consultoria, são reservadas a profissionais contratados pelo sistema de mérito e mediante aprovação em concurso público, mostrando-se contrário à Constituição do Estado a norma que permite a contratação de servidores em comissão para ocupar cargo de consultoria jurídica.

Nesse sentido, vale conferir: ADI 0229475-08.2009.8.26.0000 (Rel. Des. José Reynaldo); ADI 0459946-86.2010.8.26.0000 (Rel. Des. Cauduro Padin); ADI 0249936-93.2012.8.26.0000 (Rel. Des. Roberto Mac Cracken); e ADI 0155172-81.2013.8.26.0000 (Rel. Des. Luis Ganzerla).

Por sua vez, cumpre reconhecer também a inconstitucionalidade do art. 35 da Lei 1.751/91, que assim estabelece:

> *"Art. 35 – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores que vierem a desempenhar Função Gratificada, na forma do artigo anterior, um acréscimo salarial de até 100% (cem por cento), incidente sobre o respectivo padrão do servidor designado.*
>
> *Parágrafo único – O pagamento com acréscimo salarial decorrente do exercício de Função Gratificada, será realizado em parcela destacada."*

A vantagem em tela, à toda evidência, não atende o

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

interesse público e as exigências do serviço público e contraria os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, violando os artigos 111 e 128 da CE.

Segundo as informações prestadas pela Prefeitura, o servidor que realiza Função Gratificada executa trabalhos extraordinários, permanecendo de manhã até a noite em serviço, viajando constantemente à cidade de São Paulo e a outros lugares, atendendo à população e aos vereadores, tudo isso além dos seus encargos normais.

Disso se depreende que tal servidor exerce cargo comissionado. Portanto, é da natureza de sua função que não se subordine a jornada fixa de trabalho, permanecendo à disposição do agente a que se destinam suas atribuições. Por esse motivo já auferem remuneração diferente, normalmente superior à dos demais cargos, e não percebem hora extra, tampouco gratificação, bonificação ou qualquer outra vantagem por dedicação exclusiva.

No caso, percebe-se que a gratificação tem a finalidade concreta de conceder aumento de remuneração para este grupo de servidores municipais.

Destarte, é certo que a concessão de vantagem pecuniária nessas circunstâncias não atende ao interesse público, tampouco às exigências do serviço, com evidente violação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, visto que, ao privilegiar o interesse

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

pecuniário de uma parcela dos funcionários públicos municipais, não traz qualquer benefício para o serviço a ser prestado à população.

Assim já decidiu este C. Órgão Especial na ADI nº 0065458-47.2012.8.26.0000.

Vale registrar, sem prejuízo do acima exposto, em resposta à argumentação da Prefeitura e da Câmara Municipal, que embora o Município tenha competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inc. I, da Constituição Federal), é imperiosa a conformidade da lei municipal à Constituição do Estado e da República. E, como demonstrado acima, no caso em tela as normas municipais contrariaram ditames constitucionais, notadamente da CE.

Em resumo, a ação deve ser julgada parcialmente procedente, declarando inconstitucionais os arts. 35 e 36 e o Anexo III da Lei Municipal 1.751/91 e o art. 3º da Lei Municipal 1.982/95, com a ressalva feita no tocante ao emprego de Comandante da GCM, cuja inconstitucionalidade foi sanada com a promulgação da Lei Municipal 2.565/2009 (Estatuto da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto).

Isto posto, cumpre admitir que as normas ora declaradas inconstitucionais estão em vigor há vários anos.

Em razão disso, para preservar a segurança jurídica, e considerando o excepcional interesse social, como previsto na Lei

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

9.868/99, faz-se necessário modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para possibilitar à Administração Municipal ajustar-se à nova realidade emanada dessa declaração.

Destarte, e de acordo com a orientação que tem prevalecido neste Órgão Especial, estabelece-se que a presente declaração de inconstitucionalidade gerará seus efeitos após 120 (cento e vinte) dias contados da data deste julgamento.

Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação direta de inconstitucionalidade, com modulação, nos termos acima. Custas *"ex lege"*.

JOÃO NEGRINI FILHO
Relator

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2145442-41.2015.8.26.0000 e o código 22F44FA.

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0066-2016
07/03/2016 15:58:54
Gabriel Pinheiro

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 108/16 (usar essa referência)
Ref.: Ofício-Circular PRE nº 2/2016 – Assunto: "Informações para fins da Lei Complementar nº 135/2010."

Monte Mor, 04 de março de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para requisitar que, **no prazo de 20 (vinte) dias, encaminhe as seguintes relações de dados, referentes a condenações havidas desde o ano de 2008:**

a) Membros dessa Casa Legislativa que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, e/ou dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal (art. 1º, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 64/90[1]);

b) Prefeitos ou Vice-Prefeitos de Elias Fausto que perderam seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município (art. 1º, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar nº 64/90[2]);

---

[1] Art. 1º São inelegíveis:
I - para qualquer cargo:
b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subseqüentes ao término da legislatura; (Redação dada pela LCP 81, de 13/04/94)

[2] c) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

c) Prefeitos ou Vice-Prefeitos de Elias Fausto que tenham tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por decisão irrecorrível dessa Casa Legislativa (art. 1°, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar n° 64/90[3]);

d) Prefeitos ou Vice-Prefeitos de Elias Fausto e/ou membros dessa Casa Legislativa que tenham renunciado a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município (art. 1°, inciso I, alínea "k", da Lei Complementar n° 64/90[4]);

e) Servidores públicos dessa Casa Legislativa que tenham sido demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial (art. 1°, inciso I, alínea "o", da Lei Complementar n° 64/90[5]).

Considerando a necessidade de processamento dos dados com vistas ao processo eleitoral que se avizinha, requisito que as informações sejam enviadas a esta Promotoria de Justiça Eleitoral no prazo acima assinalado, sob pena de incorrer no crime de desobediência.

---

3 g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

4 k) o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

5 o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Promotora de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

AMARILDO BRAZ

DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em atendimento ao ofício nº 108/16 do Ministério Público de São Paulo, ao consultar os arquivos existentes nesta Casa, constatei que desde o ano de 2008, apenas o ex-vereador Valdenir Lucas da Silva renunciou ao seu mandato, inexistindo quaisquer das outras ocorrências listadas no referido ofício.

Câmara Municipal de Elias Fausto, 14 de março de 2016.

Fernando Ap. dos Santos

Fernando Aparecido dos Santos
Escriturário

Câmara Municipal, 15 de Março de 2016.

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Referente: Ofício 108/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 108/16, informar que desde o ano de 2.008, apenas o ex-vereador Valdenir Lucas da Silva renunciou ao seu mandato, no ano de 2.012; e que as contas do ano do ano de 2.011 da Prefeitura Municipal de Elias Fausto do ex Prefeito Cyro da Silva Maia, foram reprovadas pelo Tribunal de Contas, estando ainda sendo apreciadas pela Câmara Municipal de Elias Fausto, inexistindo quaisquer das outras ocorrências listadas no referido ofício.

Sem mais, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

CORREIOS
BRÈSIL

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 65230713 8 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

15 MAR 16

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Rua Coronel Domingos Ferreira, nº 851
Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*
Elias Fausto

UF SP

BRASIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Rua José Carlos Gomes Carneiro, nº 12

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Promotoria de Justiça de Monte Mor

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13.190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao Ofício nº 108/2016
Promotoria de Justiça

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Maria Lisboa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

17/03/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

AC MONTE MOR
17 MAR 2016
MONTE MOR-DR/SP

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP

Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 183/16 (usar essa referência)
Ref.: Ação nº 04 da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

Monte Mor, 11 de abril de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para requisitar que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** informe se a sugestão nº "1" da Recomendação encaminhada por meio do Ofício nº 632/15 (divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público) foi acatada.

Caso positivo, informar o link de acesso, bem como o "caminho" a ser seguido no site da Câmara para obter tal informação. Caso a sugestão tenha sido acatada, mas ainda não tenha sido efetivamente implementada, informar o prazo para disponibilização da informação.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Promotora de Justiça

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0134-2016
12/04/2016 08:33:47
Gabriel Pinheiro

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Notificado: **CAMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO - SP**

EXMO SENHOR PRESIDENTE

Com base na Decisão Judicial Processo Numero 0010446-05.2015.5.18.0004 a CSPB - CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL, vem **COMUNICAR** a esse município que por determinação do teor da decisão judicial exarada pelo **Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região**, que determina o recolhimento da Contribuição Sindical Urbana seja realizado em guia **GRCSU - GUIA DE RECOLHIMENTO CONTRIBUIÇÃO SINIDICAL URBANA** em favor do Sindicato Local da Categoria e na ausência deste em favor da:

FEDERAÇÃO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTADO SÃO PAULO

Federação Devidamente Registra junto ao MTE -MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO e filiada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, conforme guias já emitidas pelas entidades supra pela Caixa Econômica Federal.

Por fim, que se **ABSTENHA** de recolher em favor da Confederação do Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais - CSPM.

Segue anexo inteiro teor da R. decisão

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Gab. da Juíza Convocada Silene Aparecida Coelho
MS 0010150-58.2016.5.18.0000
IMPETRANTE: CONFEDERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL C S P B,
FEDERACAO ENT SINDICAIS DOS SERV PUBL MUN DO EST GOIAS
IMPETRADO: 4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA, CONFEDERACAO DOS SERVIDORES E FUNCIONARIOS PUBLICOS DAS FUNDACOES, AUTARQUIAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

PROCESSO TRT - MS - 0010150-58.2016.5.18.0000
RELATORA: SILENE APARECIDA COELHO
IMPETERANTE: CONFEDERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL CSPB E FEDERACAO ENT SINDICAIS DOS SERV PUBL MUN DO EST GOIAS - FESSPUMG
ADVOGADO: JOSE OSMIR BERTAZZONI, MAURO ZICA NETO E RODNEY TORRALBO
IMPETRADO: JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
LITISCONSORTE PASSIVO: CONFEDERACAO DOS SERVIDORES E FUNCIONARIOS PUBLICOS DAS FUNDACÕES, AUTARQUIAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS

DECISÃO

Vistos os autos.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL CSPB E FEDERACAO ENT SINDICAIS DOS SERV PUBL MUN DO EST GOIAS contra ato da Exmª Juíza da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, em face da decisão que indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência cautelar, praticado nos autos da Pet-0011358-02.2015.5.18.0004 (Cauinom-0010446-05.2015.5.18.0004).

Sustenta que a decisão ofende direito seu líquido e certo.

Requer liminar "inaudita altera pars" para seja majorada a multa diária por descumprimento da sentença dos autos da supracitada ação cautelar, bem como a expedição de ofício ao MTE e CEF.(...)

Analiso.

(...) Contudo, os documentos sob id 85cba41 - fl 460 e 708/711 - evidenciam que o sindicato reclamado tem publicado editais de notificação de todas as prefeituras nacionais, em cujas declarações se diz legitimada a receber as contribuições sindicais de todos os Servidores e Empregados Municipais Efetivos e Comissionados do Brasil, juntando inclusive guia própria de recolhimento do imposto.

Isso revela a sua desobediência à decisão judicial.

A finalidade dessa multa é coercitiva, isto é, pressionar o devedor a cumprir a decisão judicial, até que sobrevenha decisão em contrário.

A meu ver, está comprovado que a medida coercitiva imposta na sentença relevou-se ineficaz para o cumprimento do provimento judicial com possibilidade de prejuízo ao direito da impetrante reconhecido na sentença (probabilidade do direito), a despeito da pendência de decisão definitiva.

Dito isso, a par da existência de decisão judicial em vigor, dispõe o art. 139 do NCPC, c/c com o art. 3º da Instrução Normativa nº 39/2016 do C. TST, que cabe ao juiz "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária", sendo certo que nos termos do CF 5º XXXV, nenhuma ameaça ou lesão de direito pode ser subtraída da apreciação judicial.(...)

(...)Nesse contexto, entendo que está presente o risco do dano pela demora, pois estando pendente o julgamento do Recurso Ordinário sobre a multa imposta, os depósitos das contribuições sindicais - por meio de guia GRCU - poderão ser efetivados pelas municipalidades de todo país, em favor do sindicato réu da ação originária, até o próximo dia 15/04/2016, em evidente descumprimento de determinação judicial, com possibilidade de dissipação dos valores depositados.

Assim, sem prejuízo de ulterior alteração do valor fixado, inclusive pelo juiz competente da instância ordinária, visando resguardar a autoridade e efetividade das decisões judiciais, concedo parcialmente a liminar postulada apenas para fixar **MULTA DIÁRIA EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

Intime-se as Impetrantes.

Determino que seja notificada a autoridade coatora desta decisão e do conteúdo da petição inicial, a fim de que, no prazo de 10 dias, preste as informações (art. 7º da Lei nº 12.016/2009).

Cite-se o litisconsorte passivo necessário para, caso queira, responder os termos desta ação.

Publique-se.

SILENE APARECIDA COELHO
JUIZA RELATORA

GOIANIA, 8 de Abril de 2016

SILENE APARECIDA COELHO
Juiz do Trabalho Convocado

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0150-2016
25/04/2016 08:28:00
Gabriel Pinheiro

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: SILENE APARECIDA COELHO
http://pje.trt18.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16040815325391800000003701735
Número do documento: 16040815325391800000003701735

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Do teor da decisão judicial exarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que determina o recolhimento da Contribuição Sindical Urbana seja realizado em guia GRCSU em favor do Sindicato da classe, da Federação respectiva, se houver, e na ausência de ambos, em favor da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB, na sua integralidade, conforme guias emitidas pelas entidades supra pela Caixa Econômica Federal.







PB200309
71E402

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

DECISÃO JUDICIAL EXARADA

TRIBUNAL REGIONAL TRABALHO DA 18ª REGIÃO

DESTINATÁRIO

EXMO SENHOR
PRESIDENTE
CAMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO - SP
LOGRADOURO: RUA JOSE RODRIGUES CORDEAL, 161 - | **Bairro:** CENTRO
UF: 13350000 **CIDADE:** ELIAS FAUSTO **ESTADO:** SP



SCS, Quadra 01, Bloco K, 1.º Andar - Edifício Denasa
CEP 70398-900 - Brasília - DF | 61 3321-0288 | 3043-1892
www.cspb.org.br | sindical@cspb.org.br

PARA USO DO CORREIO

- ☐ Mudou-se
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o indicado
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Não procurado
- ☐ Ausente
- ☐ Falecido
- ☐ Outros

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
EM: ____/____/20__

ASS. ENTREGADOR
MATRÍCULA:

Ref.: Inquérito Civil nº 010/2012-7 (acompanha Aglomeração Urbana de Piracicaba)

Exmos. Vereadores dos Municípios abrangidos pela Aglomeração Urbana de Piracicaba:

Por determinação do Exmo. Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça do GAEMA PCJ-Piracicaba, encaminho-lhes cópia de despacho proferido nos autos em referência no dia 25/04/16, para conhecimento e providências eventualmente entendidas cabíveis.

Respeitosamente,

Ariane Cristina Teato | Oficial de Promotoria I – matr. 6646

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- NÚCLEO PCJ-PIRACICABA -

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MPSP

Rua Almirante Barroso, nº 491 – Bairro São Judas

Piracicaba-SP, CEP: 13416-398

Tel.: (19) 3433-6185

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0162-2016
Diversos 0013-2016
29/04/2016 08:50:58
Fernando

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA

GAEMA PCJ-Piracicaba

INQUÉRITO CIVIL 14.1096.0000010/2012-7

O presente inquérito civil foi instaurado para apurar e acompanhar os detalhes técnicos e jurídicos versando sobre implantação e funcionamento da Aglomeração Urbana de Piracicaba- AU –Piracicaba, unidade regional do Estado de São Paulo, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro. Esta aglomeração urbana, na época da instauração do Inquérito Civil, estava em fase de projeto de lei, o qual foi posteriormente instituído pela Lei Complementar Estadual nº 1.178/2012, conforme previsão do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, arts. 153 e 154 da Constituição do Estado de São Paulo e Lei Complementar Estadual 760/94.

MP 41A

Na portaria de instauração do Inquérito Civil (fls. 02/36) fixou-se como um dos objetivos do procedimento o acompanhamento da fase de implantação do Aglomerado Urbano de Piracicaba, no tocante aos programas, projetos e ações de impactos regionais, bem como verificar a constitucionalidade e a efetiva prática da forma como se dará a participação popular nos assuntos a serem debatidos no âmbito da Aglomeração Urbana de Piracicaba (AUP) e nas decisões a serem tomadas pelo seu Conselho de Desenvolvimento.

Inicialmente, reiteram-se os conteúdos das prorrogações de fls. 826/836, 915/922, 998/1.009 e 1.365/1.375.

Em cumprimento à ultima prorrogação, juntaram-se aos autos na data de 23/09/2015 (fl. 1.376) os seguintes documentos:

1) Cópia do Parecer 44/2015 (44 laudas), nas fls. 1377/1420, processo GDOC nº 16847-23914212015 (SABESP nº 13102/2014 – 2 volumes), da Procuradoria Geral do Estado (PGE):

a) modificando parcialmente o Parecer PA nº 68/2012, agora se posicionando contrariamente à previsão de Termo de Ajustamento de Conduta nos moldes minutado consensualmente entre Ministério Público e SABESP quanto ao tratamento dos efluentes sanitários em Águas de São Pedro, no tocante à indicação da Agência ARES- PCJ como órgão responsável para a regulação do serviço de saneamento básico daquele Município;

b) Este novo parecer menciona a competência estadual para o saneamento básico em regiões metropolitanas, entendendo ser o regime similar para as aglomerações urbanas. Por isso reconhece a titularidade

supralocal do serviço e entende inviável que o Município de Águas de São Pedro, integrante da AU-Piracicaba, atribua à ARES-PCJ competência para regular o serviço de saneamento básico em seu território, porquanto não deteria competência exclusiva para a sua prestação. Conclui pela impossibilidade de a SABESP avençar com os demais partícipes sua sujeição à regulação exercida pela ARES-PCJ;

c) Em contrapartida, o mesmo parecer menciona a existência de competência compartilhada entre Estados e Municípios, por se tratar de tema de interesse comum, portanto, supra municipal e de governança interfederativa;

d) Sem prejuízo dessas considerações, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado é favorável à formalização do acordo entre a SABESP, Ministério Público do Estado de São Paulo e Prefeitura de Águas de São Pedro, face à inexistência de óbice jurídico formal em seus demais dispositivos.

02) Mídia digital contendo cópias de decisões do Supremo Tribunal Federal, versando sobre a titularidade do saneamento ambiental em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (ADIs 2077, 1841/RJ – em vez de 1821/RJ, consultada pesquisa feita pelo Assistente Jurídico na fl. 1438-, ADI 796/ES – em vez de ADI 796/064.028, conforme pesquisa retro citada); bem como do acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2071833.93.2013.8.26.0000 (Acórdão nº 20150000240023), encontrada na fl.1.421.

Yasmin

MP 41A

Acostaram-se aos autos, posteriormente:

01) E-mail de 16/09/15, da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Piracicaba, convidando para reunião no dia 22/09/15, bem como enviando ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 27/04/15 (fls. 1.426/1.431);

02) E-mail encaminhado por este Núcleo, em resposta ao convite acima, confirmando a presença na 7ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Piracicaba e 1ª Reunião do Gabinete Metropolitano de Gestão Estratégica de Segurança Pública, solicitando a inclusão em pauta de discussão e deliberação a respeito do tema "*A titularidade/competência comum entre Estados e Municípios da Aglomeração Urbana de Piracicaba, em matéria de regulação do saneamento básico (ARES PCJ ou ARSESP)*". No mais, encaminhamos manifestações nos Inquéritos Civis nº 20/2011 (esgoto de Águas de São Pedro) e nº 10/2012 (da Aglomeração Urbana de Piracicaba), e também documentação pertinente relativo a parecer da Procuradoria Geral do Estado (quanto ao ente regulador) no caso de Termo de Ajustamento de Conduta quanto ao tratamento de efluentes de Águas de São Pedro (fls. 1.432/1.434);

03) Remessa, em 18/09/15, pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Piracicaba, da nova pauta de reunião retro mencionada (7ª Reunião Ordinária), constante nas fls. 1.435/1.436.

Às fls. 1.437 e 1.438, cumprindo o que fora determinado no despacho de fls. 1.365/1.375, foi certificado nos autos pela Oficial de Promotoria, Ariane Cristina Teato:

MP 41A

a) Inexistência de resposta ao Ofício nº 599/2015, remetido por este Núcleo à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;

b) O Ofício nº 75/2012, respondido às fls. 747/752, fora o último ofício encaminhado ao DD. Governador do Estado de São Paulo;

c) A mídia digital juntada às fls. 1.421 refere-se à pesquisa jurisprudencial realizada pelo Assistente Jurídico, José Flávio de Paula Eduardo, contendo Acórdãos prolatados pelo STF na ADI 2077/BA, ADI 1841/RJ, ADI 796/ES, e Acórdão proferido pelo E.TJSP na ADI nº 2071833.93.2013.8.26.0000.

Seguiu-se com despacho às fls. 1.440/1.442, em que fora determinada a juntada aos autos de:

1) Ofício-GPG-Cons. 66/2015 (fls. 1.445/1.446), da Procuradoria Geral do Estado, noticiando que a Subprocuradoria Geral do Estado de São Paulo ainda não havia sido instada pelo Governo do Estado de São Paulo a manifestar-se sobre os questionamentos do ofício ministerial nº 599/2015 de 17/07/15 (fls. 1.284/1.288) e que diligenciariam junto à Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano para aclarar os questionamentos ministeriais;

02) Convite remetido pelo Parlamento Regional do Aglomerado Urbano de Piracicaba (PRAUP), para que fosse realizada uma apresentação na reunião de 12/11/15, em Limeira, sobre *"Gestão Ambiental na região do Aglomerado Urbano"* (fl. 1447);

03) 87 (oitenta e sete) "slides" impressos da apresentação feita na reunião supracitada, quando abordamos a importância e fundamentos jurídicos-constitucionais das aglomerações urbanas, as ações do Ministério

1583

Público, por meio deste Núcleo PCJ, nas questões regionais com impactos ambientais negativos e/ou potenciais impactos em grande parte do recorte territorial coincidente da Aglomeração Urbana com a área da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, além de outras considerações (fls. 1.448/1.534);

04) Cópia do despacho ministerial (fls. 1.535/1.538), proferido em 23/10/15 (quatro laudas), nos autos do Inquérito Civil nº 14.0438.0000020/2011-3, por meio do qual se relatou o teor da reunião ocorrida naquela data, para resolver o impasse gerado com o advento do Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/15) e da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIN 1842, ambos no sentido do compartilhamento da titularidade do saneamento ambiental entre o Estado de São Paulo e o Município de Águas de São Pedro, o qual faz parte da Aglomeração Urbana de Piracicaba.

Em 30/11/2015 (fl. 1.539), foi anexado aos autos uma Cópia do Ofício DE – 1082/2015, da ARES PCJ, com anexo Parecer Jurídico ARES-PCJ nº 45/2015, respondendo ao Ofício 787/15-act, deste Núcleo, emitido no IC nº 20/2011 (fls. 1.540/1.556 – repetido às fls. 1.558/1.576).O Parecer Jurídico aborda a problemática envolvendo:

a) a titularidade na prestação dos serviços de saneamento básico e sua regulação e fiscalização exercida por entidade reguladora intermunicipal;

b) a discussão sobre a possibilidade de coexistência da titularidade estadual sobre os serviços públicos municipais de saneamento básico local;

c) a regulação e fiscalização a ser exercida por entidade reguladora intermunicipal nos municípios localizados em regiões metropolitanas

MP 41A

1584

e aglomerações urbanas, sob o viés da ADIN nº 1842/RJ e da recente Lei Federal nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole);

d) As conclusões do Procurador Jurídico da ARES-PCJ são de que:

d-1) A titularidade pelos serviços públicos de saneamento básico é local do município titular, independentemente de os municípios estarem inseridos, por obrigação legal, em uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião;

d-2) a integração compulsória dos municípios de Águas de São Pedro, Charqueada, Mombuca e Santa Maria da Serra à Aglomeração Urbana de Piracicaba, por força da Lei Estadual nº 1.178/2012, não extinguiu a autonomia municipal;

d-3) o Estatuto da Metrópole (Lei federal nº 13.089/2015) ainda não foi regulamentado no tocante ao Conselho Paritário dos entes federativos;

d-4) o julgamento da ADIn nº 1842/RJ revelou que não há transferência de competências do Município para o Estado e tais competências, portanto, continuam municipais, porém submetidas a um especial regime de execução, de natureza colegiada;

d-5) Não há na Lei Complementar Estadual nº 1.025/2007 qualquer dispositivo que imponha a ARSESP como a agência reguladora competente para regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico em todo o Estado de São Paulo.

Conforme as informações retro especificadas, sendo a matéria neste Inquérito Civil de alta complexidade e com necessidade de longo

MP 41A

1585

período de acompanhamento (até a implantação, senão de todas, pelo menos da maioria das políticas públicas prevista na Lei Complementar Estadual 1.178/12, em especial na área ambiental e urbanística). Considerando que há a necessidade de obtenção de maiores subsídios para embasar a atuação Ministerial, com realizações de maiores diligências complementares, especialmente para se averiguar o grau de participação popular nas diretrizes e decisões do Conselho de Desenvolvimento da AUP, bem como a forma de se integrar o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas das questões de interesse comum à Governança Interfederativa da Aglomeração Urbana de Piracicaba (Lei Federal 13.089/15), a fim de, se o caso, adotar medidas cabíveis, **PRORROGO O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL IC 14.1096.0000010/2012-7, POR MAIS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS**, nos termos do artigo 24 do Ato Normativo 484/2006 – CPJ.

Juntem-se aos autos:

a) ata da 7ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da AUP, em 22/09/15 (três laudas);

b) Minuta do Guia Metodológico do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em 18 laudas, o qual está em fase de elaboração e que pode servir de paradigma para que a o PDUI que será elaborado na AUP;

c) Pauta da 8ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da AUP, para 07/04/16;

d) Cópia da Minuta de Deliberação 01/16 CD AUPiracicaba, a qual cria o Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, subordinado ao Conselho de Desenvolvimento da

MP 41A

1586

AUPiracicaba e dá outras providências, a qual foi discutida e votada na reunião supracitada.

Anoto que na reunião de 08/04/16, nos termos do art. 12, III, da Lei 13.089/15, solicitamos a palavra para pleitear:

a) com base na Lei Federal 13.089/15 e na Constituição Estadual, que a Deliberação 01/16 que seria votada previsse participação popular no processo de discussão e de decisão, fixação de diretrizes e minuta do PDUI da AUP, com convite necessário à sociedade civil já nessa fase para participar dos trabalhos desde seu início e não somente quando de audiência pública após a conclusão da minuta.

Assim o fizemos, depois de várias considerações sobre a importância do PDUI na disciplina das funções públicas de interesse comum, inclusive com a provável necessidade de posterior adaptação dos planos diretores municipais ao PDUI.

Tais pleitos foram efetuados com fulcro nos artigos 2°, 43 a 45 do Estatuto da Cidade (EC), artigo 6 a 8°, do Estatuto da Metrópole – EM (Lei Federal 13.089/15), bem como nos artigos 3°, 10, § 4°, com realces para os artigos 7, V.e 8, II do E.M;

b) Retomada da pauta da 7ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da AUP, para discutir como será estabelecido o compartilhamento da titularidade do saneamento básico na AUP, após a decisão do STF na ADIN 1.842-RJ;

c) Anotar que o número de membros no Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI (art. 2° da Minuta da Deliberação 01/16 CD AUPiracicaba) não estava conforme com o número de

MP 41A

158

representantes previstos para os Municípios e Estado, havendo a necessidade da ampliação do número total.

Após os debates ficou deliberado pela alteração do número de membro do Comitê Executivo e pelo necessário convite à sociedade civil para participação no Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, com alteração da minuta da Deliberação 01/16, bem como que após o retorno das férias do Vice-Presidente da EMPLASA, Dr. Jose Luiz Pedretti, também responsável pela Secretaria Executiva da AUP, seria organizado um seminário sobre os dois temas que levantamos (participação deliberativa da sociedade civil no Comitê e titularidade do saneamento básico), bem como discussões preliminares sobre a configuração do PDUI na AUP.

Aguarde-se o contato do Dr. José Luiz Pedretti para discutirmos a configuração do seminário supracitado.

Encaminhe-se, por e-mail, cópia deste despacho ao Presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUP, à Secretaria Executiva da EMPLASA, aos Municípios e Câmara de Vereadores que compõem a Aglomeração Urbana de Piracicaba, bem como às entidades da sociedade civil constantes de nosso cadastro, para conhecimento e providências eventualmente entendidas cabíveis.

Piracicaba, 25 de abril de 2016

IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO
Promotor de Justiça
GAEMA PCJ – Piracicaba

MP 41A

1588

MARCELO COELHO MENDES
Analista de Promotoria I (Assistente Jurídico)

Yasmin Porta moraes

YASMIN PORTA MORAES
Estagiária do Ministério Público

MP 41A

Câmara Municipal, 14 de Abril de 2016.

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Referente: Ofício 183/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 183/16, informar que a remuneração individualizada por nome do agente público, a partir de 2016, está disponível no site da Câmara Municipal:

www.camaraeliasfausto.sp.gov.br

caminho: menu: transparência/remuneração.

Sem mais, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JO 65230887 5 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*
15 ABR 2016
__/__/__

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*
ELIAS FAUSTO-DR/SP

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/__ : h	__/__/__ : h	__/__/__ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*
Elias Fausto

UF SP

BRASIL / BRÉSIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria Justiça de Monte Mor - M/c Dra Cristiane de Morais R S Carvalhães de Camargo

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12, Jd Guanabara

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 183/16 M/c Dra Cristiane de Morais R S C de Carvalho

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
20/04/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

AC - MONTE MOR
19 ABR 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Michele

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Nivaldo J. de Souza
Mat. 8.859[illegible]8-6
Carteiro III

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12, ., Jardim Guanabara - CEP 13190-000, Fone: (19) 3879-2161, Monte Mor-SP - E-mail: montemor@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

OFÍCIO

Processo Digital nº:	**1002063-10.2015.8.26.0372**
Classe – Assunto:	**Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital**
Impetrante:	**Ideval Batista Magalhães**
Impetrado:	**Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Monte Mor, 25 de maio de 2016.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, encaminho a Vossa Senhoria cópia da sentença, para as providências necessárias.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Rafael Imbrunito Flores**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)
Exmo. Sr. Presidente da Câmara de
ELIAS FAUSTO/SP.

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0229-2016
Recebido do Judiciário 0006-2016
10/06/2016 13:12:05
Fernando

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código 13A7D47.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
RUA JOÃO CARLOS GOMES CARNEIRO, 12, Monte Mor - SP - CEP 13190-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº:	**1002063-10.2015.8.26.0372**
Classe - Assunto	**Mandado de Segurança - Concurso Público / Edital**
Impetrante:	**Ideval Batista Magalhães**
Impetrado:	**Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Imbrunito Flores**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **Ideval Batista Magalhãe** contra ato emanado do senhor **Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto,** aduzindo, em suma, que foi aprovado em primeiro lugar para o cargo de motorista. A despeito disto, não foi nomeado para o cargo, em que pese findo o prazo do certame, inclusive após prorrogação do prazo de validade. Pede, pois, sua nomeação. Juntou documentos (fls. 01/74).

A autoridade apontada como coatora apresentou suas informações (fls. 94/95), limitando-se a dizer que não detém legitimidade para figurar no polo passivo.

Manifestação ministerial pela concessão da ordem (fls. 141/147).

Decido.

A Câmara Municipal de Elias Fausto é parte legítima para figurar como autoridade coatora, eis que é ela quem abriu o certame para o concurso de motorista. Assim, é ela quem detém 'poder' para, eventualmente, convocar o aprovado.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código 1362417.

A segurança deve ser concedida, demonstrados que foram seus requisitos legais.

Com efeito, a controvérsia reside na existência ou não de direito subjetivo do candidato aprovado em concurso público de ser nomeado.

Como se sabe, até certo tempo, a jurisprudência entendia que a aprovação em concurso gerava a mera expectativa de direito. Contudo, após ampla discussão jurisprudencial, solidificou-se nos Colendos Tribunais Superiores o entendimento segundo o qual, em regra, o candidato aprovado em concurso público tem direito subjetivo à nomeação.

Compreendia-se, no passado, que o direito do candidato aprovado em concurso se limitava a não ser preterido na ordem de convocação, caso esta ocorresse. E o mais, dizia-se, inseria-se na esfera de atuação discricionária do Poder Público, que não estava obrigado a realizar a convocação dos aprovados. Assim, expirada a validade do concurso sem convocação, a aprovação ficava prejudicada, não produzindo qualquer efeito.

Contudo, como dito, tal entendimento se alterou. O candidato, primeiramente, deve ter sido aprovado dentro do número de vagas disponíveis, não somente aquelas constantes do edital do concurso mas, também, de eventuais outras que surgirem depois, no prazo de validade, em decorrência da criação de novos cargos ou do surgimento de vagas por motivos de exoneração, demissão, aposentadoria e outros.

Para que se possa reconhecer a existência do direito subjetivo, um elemento mais deve estar presente: é a possibilidade de o Poder Público realizar a admissão do candidato aprovado. Não raras vezes, circunstâncias supervenientes ao concurso alteram o quadro existente quando de sua realização, no aspecto econômico. E, quando tal se dá, o administrador público por vezes constata, concretamente, que o ente público não tem possibilidade de suportar o encargo econômico das novas contratações.

Nessa hipótese, dispensa-se o Poder Público de convocar os aprovados, não bastando, entrementes, a mera alegação de dificuldade ou de restrições orçamentárias. Necessária, ao revés, a demonstração cabal, inconteste, da situação prevista no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Este estipula que "se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso", dentre outras

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código 1362417.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
RUA JOÃO CARLOS GOMES CARNEIRO, 12, Monte Mor - SP - CEP 13190-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

coisas, "o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título", ressalvadas as hipóteses específicas tratadas no dispositivo.

Ocorre que tal situação não veio sequer alegada nos autos e, muito menos, comprovada. A determinação judicial de convocação não viola prerrogativas do administrador público, nem tampouco representa interferência indevida, do Poder Judiciário, em atribuições exclusivas de outro Poder.

Isso porque a discricionariedade administrativa, no caso, é exercida antes, no momento em que se opta pela realização do certame e seus contornos são definidos; superada esta etapa, fica o Poder Público vinculado. Já quanto à questão da invasão de competências, tampouco ocorre, eis que ao Poder Judiciário cabe, precipuamente, determinar o cumprimento da Constituição Federal e das Leis, corrigindo eventuais desvios.

Assim, é certo que o impetrante, preenchendo tais requisitos, faz jus à convocação.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo **procedente** a pretensão inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil, para o fim de **conceder** a segurança pleiteada, determinando-se à autoridade apontada como coatora que convoque o impetrante para nomeação e posse no caso objeto do concurso aqui discutido.

Não há condenação em honorários. Custas pelo impetrante, observada a gratuidade.

Oportunamente, sem prejuízo de recurso, subam os autos para reexame necessário.

P. R. I.

Monte Mor, 18 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código 1362417.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE MONTE MOR
FORO DE MONTE MOR
2ª VARA
RUA JOÃO CARLOS GOMES CARNEIRO, 12, Monte Mor - SP - CEP 13190-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL IMBRUNITO FLORES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1002063-10.2015.8.26.0372 e o código 1362417.

PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

Carta
9912260497/2010-SPM
TJSP
Correios

REL 52/16 *ORD* 14 *DATA* 02/06/16

Ao(Á) Ilmo(a) Sr(a):

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO

RUA JOSE CARDIAL, Nº 161

CENTRO

CEP 13350-000-ELIAS FAUSTO/SP

OFÍCIO S/Nº

PROC. 1002063-10.2015 **2ªCIVEL**

02 JUN 2016

50.14.026

COMARCA DE MONTE MOR / SP.
Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12
Jardim Guanabara - Monte Mor - SP
CEP 13190-000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 458/16 (usar essa referência)
Ref.: Protocolado nº 79.996/16-MP.

Monte Mor, 28 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para devolver o expediente relacionado ao Protocolado nº 79.996/16-MP, a fim de que os documentos anexos sejam encaminhados diretamente ao órgão do Ministério Público do Estado de São Paulo que expediu o Ofício nº 2758/16-JUR.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Cristiane M. R. S. C. Camargo

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo
Promotora de Justiça

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0309-2016
Recebido do Judiciário 0009-2016
15/08/2016 15:20:08
Fernando

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41A

Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Protocolado nº 79.996/16-MP
Referente ao Ofício nº 2758/16-JUR

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira nº 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente, Sr. Amarildo Braz, em atendimento ao ofício nº 2758/16-JUR, vem mui respeitosamente informar que, a princípio, entende que os cargos de provimento em comissão, criados pelo Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 83/2016, em especial aqueles arrolados no parecer que acompanha o ofício em questão, não são inconstitucionais, a medida que revestem-se das características previstas no inciso V do artigo 37 da CF/1988.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Elias Fausto, 25 de Julho de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
Presidente: Amarildo Braz

CERTIDÃO

LECI MARIA DE SOUZA FRAGA, 1º Secretária da Câmara Municipal de Elias Fausto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são concedidas por lei.....

C e r t i f i c a, na melhor forma de direito, que o Senhor AMARILDO BRAZ, é o Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto, devidamente empossado em 1º de janeiro de 2015, e exerce efetivamente o cargo de Presidente até a presente data, sem afastamento e/ou interrupções.

Elias Fausto, 25 de julho de 2016.

LECI MARIA DE SOUZA FRAGA
1º SECRETÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AI JO 79302905 1 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*
17 AGO 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/__ : h	__/__/__ : h	__/__/__ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Câmara Municipal de Elvas Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Rua Coronel Domingos Ferreira, 851

CIDADE / *LOCALITÉ*
Elvas Fausto

UF SP

BRASIL / BRÉSIL

7 3 3 5 0-0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria de Justiça de Monte Mor

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua João Carlos G. Carneiro nº 12

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13.190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Devolução de cópia protocolada do ofício nº 458/2016

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Cláudia [illegible] Marcondes

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

19 AGO 2016

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

19 AGO 2016

MOR-DRISP

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Nara [illegible] de Souza
Mat. [illegible]-6
Carteiro III

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 694/16 (usar essa referência)
Representação Civil nº MP 43.0348.0001052/2016-1

Monte Mor, 25 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para solicitar que, **no prazo de 10 (dez) dias úteis,** informe se há Projeto de Lei em trâmite perante o Poder Legislativo visando autorizar a doação de um imóvel do Poder Público Municipal de Elias Fausto para a empresa do Senhor Carlos Ernesto Magnusson, encaminhando-se, em caso positivo, cópia integral do expediente em questão.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

ANA CAROLINA KAMADA SCHWENDLER
Promotora de Justiça Substituta

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0416-2016
Recebido do Judiciário 0012-2016
25/11/2016 14:20:21
Fernando

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41

JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DA 358ª ZONA ELEITORAL
COMARCA DE MONTE MOR/SP
Rua Siqueira Campos, n° 65, Centro - CEP 13190-000 Tel/Fax: (19) 3889.2077

Ofício nº 163/2016

Em 03 de junho de 2016

Senhor Presidente

Considerando os preceitos contidos no artigo 29, inciso IV, da Constituição Federal, no sentido de que compete à Lei Orgânica Municipal deliberar sobre a fixação do número de vereadores que irá compor essa respeitável Casa no próximo mandato, solicito a Vossa Excelência, no prazo de 5 (cinco) dias, cópia da referida norma em vigor para registro no Cartório Eleitoral.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.

GUSTAVO NARDI
JUIZ ELEITORAL

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0240-2016
Diversos 0019-2016
16/06/2016 13:33:15
Fernando

A SUA EXCELÊNCIA, O SENHOR
AMARILDO BRAZ
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
ELIAS FAUSTO – SÃO PAULO

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

SN 97109930 3 BR

AG - ELIAS FAUSTO
17 JUN 2016
ELIAS FAUSTO-DR/SPI

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*
17 / JUN / 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

/ / : h	/ / : h	/ / : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*
Elias Fausto

UF SP

BRASIL
BRÉSIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Justiça Eleitoral Monte Mor - A/C M. Gustavo Nardi

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Ingueira Campos, 65 - Centro

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 163/2016 -

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

X Oficial J.C. Souza

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*

21/06/16

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

AGÊNCIA MONTE MOR
21 JUN 2016
MONTE MOR-DR/SP

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

Câmara Municipal, 17 de Junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitorial Gustavo Nardi

Referente: Ofício 163/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 163/16, recebido em 16/06/2016, informar que segue em anexo cópia da emenda número 01/2011 à Lei Orgânica Municipal que fixa em 11 a quantidade de vereadores no município de Elias Fausto.

Sem mais, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL nº01, de 06 de OUTUBRO de 2011.

Artigo 1º - Fica alterada a redação do artigo 27 da Lei Orgânica Municipal, passando a ficar da seguinte maneira:

*"**Artigo 27** – O Poder Legislativo é exercício pela Câmara Municipal, composta de 11 vereadores, eleitos, dentre os moradores do Município de Elias Fausto, nos termos da Lei, para um mandato de 4 anos ."*

Artigo 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da próxima legislatura, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Elias Fausto, 06 de Outubro de 2011.

Valdenir Lucas da Silva

Antonio Roberto Betarelli

José Dirceu Cláudio

Mário Augusto Baltus

Lázaro Luiz Carlos Barranco

Janderson Marçal Lopes

Irineu Viana

Danyel da Silva Maia

Altamir da Cruz Fidelis

Elias Fausto, 17 de Junho de 2016.

Ilustríssimo Senhor Doutor
Cyro da Silva Maia

Câmara Municipal de Elias Fausto, neste ato representada por seu Presidente ao final assinado, atendendo a despacho proferido pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, nos autos do processo nº 41/2015, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2015, cujo objeto é a apreciação das contas de Vossa Excelência no ano de 2011, NOTIFICA-O a apresentar, se quiser, defesa escrita num prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta, no qual poderá alegar tudo quanto necessário a defesa de seus interesses, inclusive juntar documentos, afim de refutar o parecer final exarado pelo Tribunal de Contas do Estado no processo TC-923/026/11, o qual sugere pela reprovação das contas do referido ano.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 74301683 - AC ELIAS FAUSTO

ELIAS FAUSTO - SP
CNPJ....: 34028316298331 Tel.:-
Ins Est.: 209263344110

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 17/06/2016 Hora.....: 14:40:57
Caixa.....: 75916137 Matricula..: 88680479
Lancamento.: 015 Atendimento: 00005
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1158020016

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R$)
SEDEX A VISTA	1	20,00+
Valor do Porte(R$)..:	16,10	
Cep Destino:	13350-000 (SP)	
Peso real (KG).....:	0,030	
Peso Tarifado:.....:	0,030	
OBJETO.....:	SN971099294BR	
PE - 1 ED - S ES - N		
AVISO DE RECEBIMENTO:	3,90	
SEDEX A VISTA	1	22,60+
Valor do Porte(R$)..:	18,70	
Cep Destino:	13190-000 (SP)	
Peso real (KG).....:	0,030	
Peso Tarifado:.....:	0,030	
OBJETO.....:	SN971099303BR	
PE - 4 ED - S ES - N		
AVISO DE RECEBIMENTO:	3,90	

Valor Declarado nao solicitado(R$)
No caso de objeto com valor, faca seguro, declarando o valor do objeto.

PE - Prazo final de entrega em dias uteis.
ED - Entrega domiciliar - Sim/Nao.
ES - Entrega sábado - Sim/Não.
RE - Restricao de entrega - Sim/Não.

VALOR EM CHEQUE(R$): 42,60
VALOR RECEBIDO(R$)=> 42,60

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

CAC - Capitais e Regioes Metrop. 30030100
Demais Localidades: 08007257282 Sugestões e Reclamações:08007250100-www.correios.com.br

VIA-CLIENTE SARA 7.5.02

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0427-2016
05/12/2016 13:30:40
Gabriel Pinheiro

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 712/16 (usar essa referência)
Procedimento Administrativo de Acompanhamento instaurado acompanhar a regularidade dos processos Legislativos para aprovação de parcelamentos do solo na cidade de Elias Fausto

Monte Mor, 01 de dezembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar cópia da portaria instauradora do procedimento em epígrafe, bem como requisitar que, **no prazo de 10 (dez) dias:**

a) Informe se as aprovações provisórias dos loteamentos efetivadas pelas Leis Municipais nº 3.269 e 3.270, de 05 de julho de 2016, e nº 3.273. 3.274 e 3.275, de 19 de julho de 2016, atendem as diretrizes municipais do ordenamento do solo, se houve aprovação da GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo e dos demais órgãos ambientais (CETESB, DAEE, etc.);

b) Informe as razões das aprovações de 05 (cinco) loteamentos no mês de Julho de 2016, mesmo sabendo dos problemas que o Município de Elias Fausto vive com loteamentos clandestinos e irregulares;

MP 41

c) Informe quais medidas pretende adotar para impedir a implantação de loteamentos que ainda não possuam as diretrizes municipais e as demais autorizações dos órgãos competentes, uma vez que Vossa Excelência e os demais Vereadores de Elias Fausto poderão ser responsabilizados pessoalmente pelos danos ambientais e urbanísticos causados às presentes e futuras gerações dos habitantes da cidade de Elias Fausto;

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

CORINE MIREILLE VINCENT NIMTZ
Promotora de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

02

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA HABITAÇÃO E URBANISMO DE MONTE MOR

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR/ SP

PORTARIA

O Ministério Público, por intermédio de pesquisas realizadas no site de Câmara Municipal de Elias Fausto, obteve informações sobre:

- a alteração do Anexo I, da Lei Municipal Complementar nº 60, de 23 de dezembro de 2013, a qual dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Elias Fausto;
- as aprovações provisórias de 05 (cinco) loteamentos naquela cidade, todas ocorridas no mês de julho de 2016.

Considerando que o descontrole do parcelamento do solo é lesivo aos interesses difusos dos moradores das regiões próximas e dos habitantes de todo o Município;

Considerando a necessidade de acompanhar o regular andamento das aprovações de parcelamento do solo na cidade de Elias Fausto, para impedir a ocorrência de danos ambientais e urbanísticos, com lesões a direitos e interesses difusos e coletivos;

Considerando, ainda, a necessidade de melhor apuração dos fatos, para confirmação ou não do exercício da tutela dos interesses difusos e coletivos atinentes aos padrões urbanísticos da cidade e às limitações impostas pela Legislação;

MP 41

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA HABITAÇÃO E URBANISMO DE MONTE MOR

Considerando, por fim, que compete ao Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, velar pela proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, promovendo o inquérito civil, a ação civil pública e demais medidas que se mostrem necessárias à consecução deste mister.

Determino a instauração do presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO**, o que faço com fulcro no dispositivo constitucional acima mencionado e no artigo 4º, incisos II, III e IV, do Ato Normativo nº 934/15-PGJ-CPJ0-CGMP, de 15 de outubro de 2015, visando apurar eventual necessidade de instauração de procedimento investigatório específico ou propositura de ação civil pública.

Para secretariar os trabalhos neste feito, nomeio o Oficial de Promotoria Benedito Donizete Duarte Medeiros.

Registrada e autuada esta, juntamente com a anexa documentação, capeando-a e numerando-se as folhas, determino a adoção das seguintes providências:

1. Cadastre-se o presente Procedimento Administrativo de Acompanhamento no Portal de Sistemas do Ministério Público do Estado de São Paulo, tão logo seja disponibilizada sua inserção, nos termos do artigo 10 do Ato Normativo nº 934/15-PGJ-CPJ0-CGMP, de 15 de outubro de 2015;

2. Tendo em vista que a inserção prevista no artigo 10 do Ato Normativo nº 934/15-PGJ-CPJ0-CGMP, de 15 de outubro de 2015 ainda não está disponível, encaminhe-se cópia desta portaria via e-mail para o Centro de Apoio Cível (caocivel@mpsp.mp.br e uma@mpsp.mp.br), para fins de publicidade, nos termos do artigo 8º, *caput*, parte final, de referido Ato Normativo;

MP 41

3. Com cópia desta portaria, oficie-se à Municipalidade de Elias Fausto, na pessoa do Prefeito Municipal, para que, no prazo de dez dias:

a) Encaminhe mapa da Zona Urbana e de Expansão Urbana da cidade de Elias Fausto, destacando a alteração do anexo I, da Lei Complementar nº 60, promovida pela Lei nº 3.216, de 04 de abril de 2016;

b) Justifique a necessidade de referida alteração, informando, ainda, se algum loteamento irregular foi beneficiado com a mudança;

c) Informe se as aprovações provisórias dos loteamentos efetivadas pelas Leis Municipais nº 3.269 e 3.270, de 05 de julho de 2016, e nº 3.273. 3.274 e 3.275, de 19 de julho de 2016, atendem as diretrizes municipais do ordenamento do solo, inclusive a Lei nº 1.243/80, artigos 7º ao 9º, juntando todos os apontamentos e intervenções realizados pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Elias Fausto na análise dos projetos apresentados, se houve aprovação da GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo e dos demais órgãos ambientais (CETESB, DAEE, etc.);

d) Informe as razões das aprovações de 05 (cinco) loteamentos no mês de Julho de 2016, mesmo sabendo dos problemas que o Município de Elias Fausto vive com loteamentos clandestinos e irregulares;

e) Informe quais medidas pretende adotar para impedir a implantação de loteamentos que ainda não possuam as diretrizes municipais e as demais autorizações dos órgãos competentes, uma vez que poderá ser responsabilizado pessoalmente pelos danos ambientais e urbanísticos causados às presentes e futuras gerações dos habitantes da cidade de Elias Fausto;

4. Com cópia desta portaria, oficie-se à Câmara Municipal de Elias Fausto, na pessoa de seu Presidente, para que, no prazo de dez dias:

a) Informe se as aprovações provisórias dos loteamentos efetivadas pelas Leis Municipais nº 3.269 e 3.270, de 05 de julho de 2016, e nº 3.273. 3.274 e 3.275, de 19 de julho de 2016, atendem as diretrizes municipais do

ordenamento do solo, se houve aprovação da GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo e dos demais órgãos ambientais (CETESB, DAEE, etc.);

b) Informe as razões das aprovações de 05 (cinco) loteamentos no mês de Julho de 2016, mesmo sabendo dos problemas que o Município de Elias Fausto vive com loteamentos clandestinos e irregulares;

c) Informe quais medidas pretende adotar para impedir a implantação de loteamentos que ainda não possuam as diretrizes municipais e as demais autorizações dos órgãos competentes, uma vez que Vossa Excelência e os demais Vereadores de Elias Fausto poderão ser responsabilizados pessoalmente pelos danos ambientais e urbanísticos causados às presentes e futuras gerações dos habitantes da cidade de Elias Fausto;

Com a vinda das respostas, tornem os autos conclusos.

Monte Mor, 29 de novembro de 2016.

CORINE MIREILLE VINCENT NIMTZ
Promotora de Justiça

JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DA 358ª ZONA ELEITORAL
COMARCA DE MONTE MOR/SP

Rua Siqueira Campos, nº 65, Centro - CEP 13190-000 Tel/Fax: (19) 3889.2077

Ofício nº 286/2016

Em 05 de dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0430-2016
06/12/2016 09:40:14
Gabriel Pinheiro

Senhor Presidente

Tenho a honra de manifestar a Vossa Excelência os agradecimentos da 358ª Zona Eleitoral pela cessão da Câmara Municipal de Elias Fausto, para a Solenidade de Diplomação do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em outubro de 2016, ressaltando, nesta oportunidade, a valiosa e inestimável colaboração dos dedicados funcionários dessa augusta Casa.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

GUSTAVO NARDI
JUIZ ELEITORAL

A Sua Excelência, o Senhor
AMARILDO BRAZ
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES
ELIAS FAUSTO – SÃO PAULO

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0406-2016
Recebido do Judiciário 0011-2016
21/11/2016 16:19:30
Fernando

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3 DE FEVEREIRO DE 1874

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Direta de Inconstitucionalidade Processo nº 2218027-57.2016.8.26.0000
Relator(a): JOÃO NEGRINI FILHO
Órgão Julgador: ÓRGÃO ESPECIAL

Trata-se de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade promovida pelo DD. Procurador Geral de Justiça em face do Prefeito Municipal e da Câmara Municipal de Elias Fausto/SP, tendo por objeto o art. 4º da Lei Municipal 1.751, de 28 de junho de 1991, e os Anexos I e II da Lei Complementar Municipal 83, de 03 de maio de 2016.

Busca a Procuradoria de Justiça, em síntese, a exclusão de todos os cargos comissionados criados pela LCM 83/16 (Anexo I) do regime da CLT e o afastamento das expressões "Assessor Jurídico", "Assessor Contábil", "Assessor de Gabinete", "Assessor de Gabinete - Motorista do Prefeito", "Assessor do Departamento de Pessoal", "Corregedor da Guarda Civil", "Assessor de Licitação", "Assessor de Serviços Administrativos", "Assessor de Triagem da Assistência Social", "Chefe de Atendimento Cívico", "Chefe da Assistência Social", "Chefe do Banco do Povo", "Assessor de Projetos Esportivos", "Chefe da Casa da Cultura", "Chefe de Projetos Esportivos", "Assessor de Triagem do Departamento de Esportes", "Assessor Administrativo da Educação", "Chefe de Coordenação Pedagógica", "Chefe de Informática Educacional", "Chefe de Merenda Escolar", "Chefe de Projetos de Informática na Educação", "Assessor Departamento de Obras", "Assessor de Triagem da Educação", "Diretor de Coordenação Pedagógica", "Diretor de Escola", "Assessor de Projetos Educacionais", "Vice Diretor de Escola", "Chefe de Transportes da Educação", "Chefe de Manutenção de Equipamentos", "Chefe de Trânsito e Transporte", "Chefe de Projetos Agrícolas", "Chefe da Equipe de Controle de Vetores", "Chefe de Limpeza Pública", "Chefe

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2218027-57.2016.8.26.0000 e o código 4B2E13F.

Municipal de Obras", "Chefe de Projetos de Informática na Saúde", "Assessor Administrativo da Saúde", "Chefe de Convênios da Diretoria Municipal da Saúde", "Assessor de Triagem da Saúde", "Diretor da Vigilância Sanitária", "Chefe da Saúde Bucal", "Chefe de Suprimentos Hospitalares", "Chefe de Transportes da Saúde", "Chefe de Triagem e Atendimento Saúde", "Chefe Administrativo da Vigilância Sanitária", "Chefe de Manutenção de Veículos" e "Assessor Operacional de Transportes".

Afirma o autor, inicialmente, que em 27.01.2016 foi julgada procedente a ADI 2145442-41.2015.8.26.0000, de minha relatoria, declarando-se inconstitucionais os cargos em comissão sem descrição das respectivas atribuições; o cargo de "Consultor Jurídico", porque não previsto seu provimento na forma de sistema de mérito, por se tratar de atividade de advocacia pública; e a gratificação de até 100% de acréscimo salarial, por configurar aumento dissimulado e indireto de remuneração. Em razão disso, foi aprovada a LCM 81/2016, cujos anexos foram substituídos por aqueles trazidos na LCM 83/2016, ora em debate. Argumenta, neste contexto, que as atividades acima arroladas, embora tragam a devida descrição das atividades, não revelam natureza de assessoramento, chefia e/ou direção, mas simples funções técnicas, burocráticas e operacionais. Aponta, outrossim, que há idêntica descrição de atividades para inúmeros cargos, de diferentes remunerações, sendo impossível defender a excepecionalidade da contratação do servidor na forma comissionada para todos eles. Sustenta, ainda, que grande parcela das descrições é genérica, o que, conjugado com as demais características da norma em questão, aponta clara violação à moralidade administrativa (são mais de 104 cargos comissionados num Município de pequenas proporções, o que demonstra clara distorção), bem como ao disposto no art. 115, incs. I, II e V, e 144 da CE. Sem prejuízo, ressalta que o art. 4º da LM 1.751/91 prevê a contratação de todos os servidores de Elias Fausto no regime celetista, sem

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2218027-57.2016.8.26.0000 e o código 4B2E13F.

excepcionar os cargos de provimento em comissão, o que contraria a moralidade e a razoabilidade, princípios constitucionais previstos nos arts. 37 da CF e 111 da CE. Por fim, aduz que as atividades de advocacia pública devem ser realizadas por servidores ocupantes de cargos efetivos, nomeados pelo sistema de mérito (como mandam os arts. 98 a 100 da CE), ressaltando que a ADI movida anteriormente já tratava desta questão, o que demonstra o total descaso da Municipalidade com as decisões proferidas pelo Judiciário Paulista. Requer, diante disso, a concessão de medida liminar para suspender parcialmente a eficácia do art. 4º da LM 1.751/91, excluindo todos os cargos de provimento em comissão do regime celetista, e a suspensão da eficácia das expressões acima arroladas, pois tais cargos, trazidos nos Anexos I e II da LCM 83/16, não atendem aos requisitos constitucionais para provimento em comissão. Ao final, requer seja confirmada a liminar, declarando-se inconstitucionais as normas em questão.

A concessão de medida liminar parcial é justificável diante do preenchimento cumulativo do *fumus boni juris* e *periculum in mora*, no tocante aos cargos comissionados previstos pelos Anexos I e II da LCM 83/16. Em uma análise perfunctória, é fácil perceber que a descrição das atividades atinentes a cada cargos são genéricas; há identidade de trechos inteiros para atividades que, a princípio, não guardam identidade; e, nos pontos em que há especificação do trabalho, as descrições denotam funções técnicas e/ou operacionais.

Em suma, restou evidenciada, num primeiro momento, a previsão de cargos comissionados para atividades que não possuem natureza de assessoramento, chefia e/ou direção. Vale anotar, outrossim, que as atividades de "Assessor Jurídico" já foram tratadas na ADI referida pelo autor, sob a rubrica de "Consultor Jurídico", tendo ficado decidido naquele feito que tal cargo deveria ser preenchido por concurso público, dado o caráter de advocacia pública.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2218027-57.2016.8.26.0000 e o código 4B2E13F.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A liminar não pode ser concedida, todavia, no tocante ao art. 4º da LM 1.751/91, visto que, à falta de indicação de qual estatuto normativo seria aplicado aos servidores municipais comissionados, em caso de afastamento das regras da CLT, cumpre reconhecer que a antecipação de tutela traria mais prejuízo ao interesse público do que benefício, sendo prudente manter os funcionários comissionados sob o regime atual até o julgamento deste feito.

Suspendo, destarte, com efeito *ex nunc*, a eficácia das expressões indicadas no início do despacho, referentes a cargos de provimento em comissão previstos nos Anexos I e II da LCM 83/16 do Município de Elias Fausto, oficiando-se.

Cite-se o D. Procurador Geral do Estado para, querendo, contestar no prazo legal.

Requisitem-se informações ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

Em seguida, à Douta Procuradoria Geral de Justiça.

Após, tornem conclusos.

Int.

São Paulo, 18 de novembro de 2016.

João Negrini Filho
Relator

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JOAO NEGRINI FILHO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2218027-57.2016.8.26.0000 e o código 4B2E13F.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 437/16 (usar essa referência)
Ref.: Aviso nº 326/2016 – PGJ, de 21 de julho de 2016.

Monte Mor, 22 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para requisitar que, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** informe se em Elias Fausto existe lei municipal que disciplina a aposentadoria especial de servidores públicos vinculados ao regime próprio de previdência social.

Caso positivo, remeta, **no mesmo prazo acima assinalado**, um exemplar do Diploma Legal em questão, acompanhado de cópia do respectivo processo legislativo e de informações sobre sua vigência e eventuais alterações.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Cristiane M. R. S. C. Camargo

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Caryalhaes de Camargo
Promotora de Justiça

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0285-2016
26/07/2016 14:53:30
Gabriel Pinheiro

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41A

Câmara Municipal, 28 de Julho de 2016.

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Referente: Ofício 437/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 437/16, informar que em Elias Fausto não existe lei municipal que discipline aposentadoria especial para servidores públicos, uma vez que o município não dispõe de regime próprio de previdência.

Sem mais, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

SN 97110656 5 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

29 JUL 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Câmara Municipal de Élias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Coronel Domingos Ferreira, 851 - Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*
Élias Fausto

UF
SP

BRASIL
BRÉSIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria Justiça Monte Mor

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua João Carlos Gomes Carneiro, 12 - Guanabara

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 437/16 A/C Dra Cristiane de M R S C de Camargo

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 02/08/16

CARIMBO DE ENTREGA / *UNIDADE DE DESTINO* / *BUREAU DE DESTINATION*

02 AGO 2016

MONTE MOR-DRISP I

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Michele S. Dos Santos

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

CARTEIRO
Silvane
Matr. 8.112.654-9

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

São Paulo, 05 de julho de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0268-2016
Recebido do Judiciário 0007-2016
15/07/2016 15:09:36
Fernando

Ofício nº 2758/16 - JUR
Protocolado nº 79.996/16 - MP
(Favor usar esta referência)

SENHOR PRESIDENTE

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, com a finalidade de instruir os autos do protocolado em epígrafe, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, no prazo de 15 (quinze) dias, que se manifeste a respeito da eventual inconstitucionalidade dos empregos de provimento em comissão, mencionados no parecer em anexo, criados pelo Anexo I da Lei nº 83, de 03 e maio de 2016, do Município de Monte Mor.

Prevaleço-me da oportunidade para externar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e apreço.

Amauri Chaves Arfelli
Promotor de Justiça Assessor

Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto
Rua Coronel Domingos Ferreira , 851 - Centro
CEP 13.350-000
Elias Fausto/SP

mass

Gilmara

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP
Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Folha n.º 01
Ministério Público

Ofício nº: 313/16 (usar essa referência)

Ref.: Inquérito Civil nº MP 07/09 – ADIN nº 2145442-41.2015.8.26.0000.

Monte Mor, 07 de junho de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar cópia do Ofício nº 92/2016, expedido pelo Poder Executivo do Município de Elias Fausto, e das Leis Complementares nºs 073/2015, 081/2016, 082/2016 e 083/2016, para conhecimento e adoção de eventuais medidas, uma vez que os Diplomas Legais supramencionados foram aprovados, sancionados e promulgados em cumprimento ao V. Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de admiração e respeito.

Cristiane M.R.S.C. Camargo

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo
Promotora de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor **NILO SPINOLA SALGADO FILHO**
DD. Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico
Rua Riachuelo, nº 115 – Centro
São Paulo/SP
CEP. 01007-904

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROTOCOLO: 0079996/16
Data : 14/06/2016 Hora:16:04:17
Local de Entrada: 14050502
SUBAREA DE APOIO ADMIN.- PROTOCOLO GERAL
Assunto:
ANÁLISE DE AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTICA DE MONTE MOR

Elias Fausto, 10 de maio de 2016.

Folha n.º 03
Ministério Público

Ofício nº **92/2016.**

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça,

Em referência ao **Inquérito Civil nº 07/09**, que deu origem ao Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em 27 de novembro de 2009, pelo então Prefeito Sr. Cyro da Silva Maia e o Sr. Promotor de Justiça Vitor Petri, vimos por meio do presente, expor e ao final requerer o quanto segue.

O Termo de Ajustamento de Conduta em questão teve origem na necessidade de se regularizar a situação de todos os agentes públicos contratados ou nomeados pela Administração Pública Municipal para exercício de funções de natureza de cargos em comissão, bem como de contratação temporária, tendo em vista que na época havia cargos em comissão que não possuíam a natureza jurídica prevista no artigo 37 da Constituição Federal.

Entretanto, como sabido, o referido TAC não foi devidamente cumprido, de forma a ensejar em processo de execução de título judicial.

1

Pois bem, em prosseguimento, no ano de 2015, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000, que tramitou perante o Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça de São Paulo, por iniciativa do Procurador Geral do Estado de São Paulo, houve por bem declarar a inconstitucionalidade do anexo III, do artigo 36 da Lei Municipal nº 1751/1991 que criou a estrutura de cargos em comissão, também objeto do presente Inquérito Civil.

Desta feita, referido artigo foi revogado pela municipalidade por meio da Lei Complementar nº 82/2016.

Em contrapartida, considerando a essencialidade dos cargos em comissão, sejam eles ocupados por servidores efetivos ou puramente comissionados, alterou-se a estrutura administrativa dos referidos cargos, criando-se novos cargos, cuja natureza do serviço não é considerada técnica. Referida reestruturação se deu por meio da Lei Complementar nº 81/2016, alterada pela Lei Complementar nº 83/2016, a qual atribui e descreve as atividades para todos os cargos em comissão do quadro de pessoal do Município de Elias Fausto.

A título de ilustração, segue análise abaixo:

Folha n.º 04
Ministério Público

-**Situação de 2009** (Conforme Ofício nº 152/2009 – já juntado):

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS: 539.

CARGOS EFETIVOS: 415.

CARGOS EM COMISSÃO: 90, sendo 11 ocupados por servidores efetivos e 79 ocupados por servidores puramente comissionados.

-**Situação de 2016**:

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS: 673.

CARGOS EFETIVOS OCUPADOS: 544.

CARGOS EM COMISSÃO OCUPADOS: 72, sendo 23 ocupados por servidores efetivos e 49 puramente comissionados.

Dessa forma, é possível notar que houve uma redução drástica no número de vagas de cargos em comissão, vez que enquanto o Anexo III do artigo 36 da Lei 1751/1991, com suas alterações posteriores previa o total de 136 (cento e trinta e seis) vagas a serem ocupadas por cargos em comissão, a Lei Complementar atual nº 83/2016 prevê apenas 105 (cento e cinco) vagas para cargos em comissão, reservando o percentual de 30 % (trinta por cento) dos cargos em comissão a serem ocupados por servidores efetivos, o que vem sendo respeitado, conforme tabela demonstrativa em anexo.

2

Isto posto, o Município de Elias Fausto entende que houve o esgotamento do objeto do IC nº 07/09, seja pelo ajuizamento da ADIn nº 2145442-41.2016.8.26.0000, seja pelo atendimento, ainda que "a posteriori" do TAC assumido, motivo pelo qual se pleiteia o **arquivamento** do presente Inquérito Civil.

Sem mais para o momento, seguem nossos protestos de estima e da mais elevada consideração.

Joaquim Antonio de Campos Bicudo
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora
Doutora **CRISTIANE DE MORAIS RIBEIRO SAMPAIO CARVALHAES DE CAMARGO**
DD. Promotora de Justiça de Monte Mor-SP.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA

Protocolado nº 79.996/2016

Interessado: Promotoria de Justiça de Monte Mor

Assunto: Inconstitucionalidade de cargos de provimento em comissão criados pelo Anexo I da Lei nº 83, de 03 de maio de 2016, do Município de Elias Fausto.

1. Trata-se de encaminhamento pela Promotoria de Justiça de Monte Mor das Leis Complementares nºs 073/2015, 081/2016, 82/2016 e 83/2016 para conhecimento e adoção de eventuais medidas, em decorrência de se tratarem de atos normativos aprovados em cumprimento ao v. Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2145442-41.2015.8.26.0000.

2. Vislumbrando inconstitucionalidade dos empregos de provimento em comissão de Assessor Contábil, Assessor de Gabinete, Assessor de Gabinete – Motorista do Prefeito, Assessor do Departamento de Pessoal, Corregedor da Guarda Civil, Assessor Jurídico, Assessor de Licitação, Assessor de Serviços Administrativos, Assessor de Triagem da Assistência Social, Chefe de Atendimento Cívico, Chefe da Assistência Social, Chefe do Banco do Povo, Assessor de Projetos Esportivos, Chefe da Casa da Cultura, Chefe de Projetos Esportivos, Assessor de Triagem do Departamento de Esportes, Assessor Administrativo da Educação, Chefe de Coordenação Pedagógica, Chefe de Informática Educacional, Chefe de Merenda Escolar, Chefe de Projetos de Informática na Educação, Assessor Departamento de Obras, Assessor de Triagem da Educação, Diretor de Coordenação Pedagógica, Diretor de Escola, Assessor de Projetos Educacionais, Vice Diretor de Escola, Chefe de Transportes da Educação, Chefe de Manutenção de Equipamentos, Chefe de Trânsito e Transporte, Chefe de Projetos Agrícolas, Chefe da Equipe

MP - 01

de Controle de Vetores, Chefe de Limpeza Pública, Chefe Municipal de Obras, Chefe de Projetos de Informática na Saúde, Assessor Administrativo da Saúde, Chefe de Convênios da Diretoria Municipal da Saúde, Assessor de Triagem da Saúde, Diretor da Vigilância Sanitária, Chefe da Saúde bucal, Chefe de Suprimentos Hospitalares, Chefe de Transportes da Saúde, Chefe de Triagem e Atendimento Saúde, Chefe Administrativo da Vigilância Sanitária, Chefe de Manutenção de Veículos e Assessor Operacional de Transportes, criados pelo Anexo I da Lei nº 83, de 03 de maio de 2016, do Município de Elias Fausto de ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, oficie-se ao Senhor Prefeito Municipal de Elias Fausto para que se manifeste a respeito da eventual inconstitucionalidade dos cargos de provimento em comissão mencionados, esclarecendo a que regime jurídico estão submetidos tais empregos em comissão.

3. De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, oficie-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Municipal de Elias Fausto para que se manifeste a respeito da eventual inconstitucionalidade dos empregos de provimento em comissão anteriormente mencionados, criados pelo Anexo I da Lei nº 83, de 03 de maio de 2016, do Município de Elias Fausto.

4. Com a resposta ou transcorridos 30 dias da data da expedição dos ofícios, tornem estes autos conclusos.

São Paulo, 21 de junho de 2016.

Amauri Chaves Arfelli
Promotor de Justiça – Assessor

MP-01

Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Protocolado nº 79.996/16-MP
Referente ao Ofício nº 2758/16-JUR

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira nº 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente, Sr. Amarildo Braz, em atendimento ao ofício nº 2758/16-JUR, vem mui respeitosamente informar que, a princípio, entende que os cargos de provimento em comissão, criados pelo Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 83/2016, em especial aqueles arrolados no parecer que acompanha o ofício em questão, não são inconstitucionais, a medida que revestem-se das características previstas no inciso V do artigo 37 da CF/1988.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Elias Fausto, 25 de Julho de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
Presidente: Amarildo Braz

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVISO DE ENTREGA

AR

SN 97110614 5 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

26 JUL 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

AG ELIAS FAUSTO SP
ELIAS FAUSTO BRASIL

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Rua Coronel Domingos Ferreira, 851

CIDADE / *LOCALITÉ*

Elias Fausto

UF SP

BRASIL / **BRÉSIL**

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria de Justiça de Monte Mor

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua João Carlos G. Carneiro nº 12

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13.190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício nº 2758/16 - JUR

Protocolado nº 79.996/16 - MP

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
28/07/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

28 JUL 2016

MONTE MOR-DRISP

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Michele Rodrigues

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

CARTEIRO
Simone
Matr. 8112.654-9

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CNOT

AR

SB 32713614 1 BR

ELIAS FAUSTO SP

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

29 JUL 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Rua Coronel Domingos Ferreira, 851

CIDADE / *LOCALITÉ*

Elias Fausto

UF SP

BRASIL
BRÉSIL

13350-000

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Ministério Público do Estado de S.P.

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Riachuelo, nº 115, 8º andar, sala 849

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
01.007-904	São Paulo	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício nº 2758/16-JUR

Protocolado nº 79.996/16-MP

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

João Felsberg

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*

01/08/16

CARIMBO DE ENTREGA / *UNIDADE DE DESTINO* / *BUREAU DE DESTINATION*

CEE CENTRO SÃO PAULO
01 AGO 2016
DR/SPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Deobaldo Ferreira Santos
Matr.: 8.822.220-9
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Excelentíssimo Senhor Doutor Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Protocolado nº 79.996/16-MP
Referente ao Ofício nº 2758/16-JUR

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira nº 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente, Sr. Amarildo Braz, em atendimento ao ofício nº 2758/16-JUR, vem mui respeitosamente informar que, a princípio, entende que os cargos de provimento em comissão, criados pelo Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 83/2016, em especial aqueles arrolados no parecer que acompanha o ofício em questão, não são inconstitucionais, a medida que revestem-se das características previstas no inciso V do artigo 37 da CF/1988.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Elias Fausto, 25 de Julho de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
Presidente: Amarildo Braz

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONTE MOR / SP

Rua João Carlos Gomes Carneiro nº 12 – Jardim Guanabara
Monte Mor/SP – CEP 13190-000 – Fone/fax (19) 3879-2626

Ofício nº: 647/16 (usar essa referência)
Ref: Aviso nº 475/2016-PGJ

Monte Mor, 24 de outubro de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, sirvo-me do presente para solicitar que, **no prazo de 10 (dez) dias úteis,** encaminhe cópia da Lei Municipal que disciplina em Elias Fausto a contratação de funcionários/servidores públicos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988).

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Cristiane M. R. S. C. Camargo

Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo
Promotora de Justiça

Câmara Municipal de Elias Fausto
www.camaraeliasfausto.sp.gov.br
Protocolo N.º 0385-2016
Recebido do Judiciário 0010-2016
25/10/2016 08:31:44
Fernando

Ao Excelentíssimo Senhor
AMARILDO BRAZ
DD. Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto

MP 41

Câmara Municipal, 25 de Outubro de 2016.

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Cristiane de Morais Ribeiro Sampaio Carvalhaes de Camargo

Referente: Ofício 647/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 647/16, informar que se encontra em anexo a Lei 2.954/14 que disciplina em Elias Fausto a contratação de funcionário/servidores públicos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Sem mais, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

DV228872272 BR.

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

27 OUT 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

ELIAS FAUSTO

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Coronel Domingos Ferreira 851 - Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*

Elias Fausto

UF SP

BRASIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*: A/C Dra Cristiane de Morais R. S C de Camargo

Promotoria de Justiça de Monte Mor

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua João Carlos Gomes Carneiro 12 - Jd Guanabara

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
13190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 647/16 - Da Cristiane de Morais R S C de Camargo

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 31/OUT/2016

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

31 OUT 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Lucia Clemente Gonçalves
Escrevente Téc. Judiciário
Matr. 811.509-A

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Excelentíssima Senhora Doutora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Ana Carolina Kamada Schwendler:

Referente: Ofício 694/16.

Câmara Municipal de Elias Fausto, sediada à Rua Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente ao final assinado, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, em atendimento ao Ofício nº 694/16, informar que foi protocolizado o Projeto de Lei nº 125/2016, em 21 de outubro de 2016, que tinha como interessada empresa cujo um dos sócios é o Sr. Carlos Ernesto Magnusson, conforme se percebe da certidão emitida pela JUCESP, ora anexada.

No entanto, antes de mesmo de ser proferido qualquer parecer a despeito da proposição, o Poder Executivo de Elias Fausto, autor dela, pleiteou sua retirada em 04 de novembro de 2016, conforme ofício ora anexado, motivo pelo qual nem foi levado a plenário.

Por derradeiro que seja, informa também que foi protocolizado nesta casa o Projeto de Lei nº 130/2016, em 04 de novembro de 2016, o qual tem como interessada a empresa "MM Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda", que possui em seu quadro societário o Sr. Carlos Ernesto Magnusson, como se vê da planta que acompanha o projeto.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Câmara Municipal, 29 de Novembro de 2016.

Amarildo Braz
Presidente da Câmara Municipal de Elias Fausto.

Correios
Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

DV 22887406 6 BR

FAUSTO SP 16 NOV 16

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/____ : h	__/__/____ : h	__/__/____ : h

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Câmara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Coronel Domingos Ferreira 851 Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*

Elias Fausto

UF

BRASIL
BRÉSIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria Justiça - A/C Da Ana Carolina K. Schwendler

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Joao Carlos Gomes Carneiro, 12 - Jd Guanabara

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAIS / *PAYS*
13.190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 694/2016

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 30/11/16

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

AC - MONTE MOR
30 NOV 2016
MONTE MOR-DR/SPI

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Lúcia Clemente Gonçalves
Escrevente Téc. Judiciário
Matr. 811.509-A

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Mauricio [illegible] de Souza
Matr. 8.[illegible].208-6
Carteiro III

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Promotoria Justiça de Monte Mor — AC da Corine Mireille Vincent Nintz

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Joaõ Carlos Gomes Carneiro, nº 12 - fd Guanabara

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAIS / *PAYS*
13190-000	Monte Mor	SP	Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

Resposta ao ofício 712/16 - da Corine M.V. Nintz

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 15/12/16

CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

AC - MONTE MOR 15 DEZ 2016 MONTE MOR-DR/SPI

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Michele G Sobrinho

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO ATENDENTE / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Nivaldo J. de Souza
Matr. 8.859.228-6
Carteiro III

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

CORREIOS
BRÈSIL

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS DE RÉCEPTION

AR

DV 22887929 8 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

14 DEZ 16

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DÉPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

/ / : h	/ / : h	/ / : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*
Camara Municipal de Elias Fausto

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*
Coronel Domingos Ferreira, 851, Centro

CIDADE / *LOCALITÉ*
Elias Fausto

UF SP

BRASIL

1 3 3 5 0 - 0 0 0

Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça da Comarca de Monte Mor-sp
Dra. Corine Mireille Vincent Nimtz

Referência: Ofício nº 712/2016

Câmara Municipal de Elias Fausto, com sede Rua Coronel Domingos Ferreira nº 851, Centro, em Elias Fausto-sp, por seu presidente Sr. Amarildo Braz, vem mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, prestar as seguintes informações requisitadas por meio do ofício acima:

1- Resposta ao item "a":

Como se observa da leitura do artigo 1º das Leis Municipais nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, a motivação para que o Poder Executivo enviasse as mesmas sob a forma de projeto ao Poder Legislativo, foi atender o dispositivo criado pela Lei Municipal nº 2660/2011, que deu nova redação ao artigo 10 da Lei nº 1243/1980, que possui a seguinte redação:

*"**Art. 10** – Elaborado o projeto segundo as exigências desta lei, o órgão competente da prefeitura elaborará Projeto de Lei especificando no seu corpo a área objeto de loteamento e/ou desmembramento e sua localização exata, acompanhado de cópia de toda a documentação técnica enviada a Prefeitura pelo interessado até então, para que,*

posteriormente, o referido Projeto de Lei possa ser referendado e aprovado pelo Poder Legislativo, se for o caso.

***§ Primeiro** – Referendado e aprovado o Projeto de Lei, a prefeitura dará ao interessado a aprovação provisória do projeto de loteamento e/ou desmembramento, cumprindo a ele, interessado, em seguida, encaminhá-lo para os órgãos públicos federais e estaduais, para o seu exame e aprovação no próprio projeto.*

***§ Segundo** – Após a aprovação pelos órgãos públicos federais e estaduais, o interessado deverá requerer a aprovação definitiva por parte da prefeitura, juntando ao processo o seguinte:*

I – projeto de rede de escoamento de águas pluviais, indicando o local de lançamento e forma de prevenção dos efeitos deletérios e sua ligação com a rede pública porventura existente;

II – projeto de rede de abastecimento de água e de coleta de esgotos, quando for o caso, já previamente aprovados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;

III – perfis das redes coletoras de esgotos, também previamente aprovadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP;

IV – projeto completo dos equipamentos urbanos a que se refere o artigo anterior.

***§ Terceiro** – Os projetos referidos no parágrafo anterior, bem como do loteamento, deverão ser apresentados em 5 (cinco) vias, uma das quais em papel transparente (ozalite) e entregue enrolada.*

***§ Quarto** – Não aprovado o Projeto de Lei mencionado no caput, o projeto de loteamento e/ou desmembramento não terá continuidade, razão pela qual sua execução ficará vedada."*

Como se vê da leitura do dispositivo legal acima, fez o Poder Executivo, com o envio dos projetos de lei que transformaram-se nas leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, apenas atender o disposto no *caput* do artigo 10 da Lei nº 1243/1980 (com a redação dada pela Lei nº 2660/2011), que nada mais era do que encaminhar ao Legislativo local "a área do objeto de loteamento e/ou desmembramento"

e "sua localização exata", para que, com isto, tal poder referendasse se o projeto deveria prosseguir ou não.

Sendo assim, a aprovação das leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, não retrata a aprovação definitiva dos loteamentos ali citados, mas apenas o passo inicial para que o "processo" siga adiante (§ primeiro), com a obtenção posterior das licenças necessárias e realização das adequações no projeto impostas pelos órgãos federais e estaduais, para, somente então, pedir junto a Prefeitura local, a aprovação definitiva (§ Segundo), quando aí sim deverá apresentar os documentos que demonstram o cumprimento dos requisitos necessários para se proceder o parcelamento do solo (incisos do § segundo).

Portanto, está indene de dúvidas que o Poder Legislativo não deu "aprovação definitiva" aos loteamentos citados nas Leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, até porque isto se encontra bem claro no texto dos referidos dispositivos legais, mas simplesmente sinalizou concordância quanto a conveniência dos projetos de loteamento seguirem adiante, para, posteriormente, somente após demonstrarem a Prefeitura que cumpriram todos os requisitos legais para, efetivamente, obterem a autorização final para fracionamento do solo.

Reparar que em nenhum momento referido dispositivo legal usurpou do Poder Executivo a competência exclusiva para aprovação definitiva dos loteamentos/desmembramentos, continuando a cargo do interessado (loteador) o dever de comprovar perante a este poder o cumprimento de todos os dispositivos legais em vigor, seja ele de federal, estadual ou municipal, conforme prescrevem os artigos 23 e 30 da Lei Municipal nº 2850/2013.

Aliás, nem poderia ser doutra maneira, porque mesmo que o Poder Executivo tivesse mandado o projeto técnico completo do loteamento, ofertado pelo interessado, junto aos projetos de lei que resultaram nas Leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, ainda sim o Poder Legislativo não teria um corpo técnico, formado especialmente por engenheiros e topógrafos, para poder saber, com exatidão, se as pretensões urbanísticas atenderiam os detalhes técnicos estabelecidos nas leis federais, estaduais e municipais.

Portanto, como as Leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, visavam atender meramente o disposto na Lei Municipal nº 2660/2011, certamente os loteamentos ali citados ainda não devem ter manifestações da GRAPROHAB, CETESB, DAEE, pois tais licenças, como se vê do § primeiro do referido artigo 10º, devem ser providenciados pelos interessados posteriormente a aprovação provisória manifestada pelo Poder Legislativo, diretamente junto aos citados órgãos.

Já no que tange ao atendimento das diretrizes municipais de ordenamento do solo, tal verificação deverá ser procedida pela municipalidade local quando o interessado (loteador) pleitear junto a ela a aprovação definitiva do projeto (artigos 27 e 30 da Lei Municipal nº 2850/2013), tanto que, ao final das leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, há expressa autorização para que sejam realizadas tantas alterações no projeto inicial de loteamento quanto sejam necessárias para adequação dele à Lei, mesmo havendo previsão expressa no texto legal elaborado pelo Poder Executivo atestando que os empreendimentos estão de acordo com as diretrizes locais.

Frisa por fim, que até onde sabe o Poder Legislativo local, quaisquer dos empreendimentos citados nas leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, adotaram qualquer medida prática, até o momento, no sentido de fracionar o solo ou realizar a comercialização ilegal de lotes, indicando que tais empreendimentos estão tomando as devidas providências para que seus projetos sigam adiante até obterem a autorização definitiva do Poder Executivo, para, somente a partir de então, iniciarem efetivamente os loteamentos/desmembramentos.

2- Resposta ao item "b":

A aprovação provisória dos loteamentos citados, por meio das leis nºs 3269, 3270, 3273, 3274 e 3275, todas de 2016, decorrem da atribuição constitucional do Poder Legislativo local, que, por meio dos vereadores eleitos na forma da Lei como mandatários dos cidadãos elias-faustenses, entenderam ser conveniente e benéfico ao município tais aprovações prévias, especialmente porque os interessados no desenvolvimento deles, logo de início, demonstraram agir de boa-fé e em respeito às leis locais, encaminhando a municipalidade seu interesse em realizar o fracionamento do solo seguindo os ditames da legislação, diferentemente do que veio acontecendo com alguns loteamentos clandestinos e ilegais.

Aliás, salvo melhor juízo, não é o fato do município ter sido assolado nos últimos anos com empresários mal intencionados, que fracionaram o solo à margem da Lei, com o fim de obter lucros exorbitantes pela não implementação das obras básicas necessárias, que impede que, àqueles que querem realizar sua atividade de maneira justa, legal e, principalmente benéfica ao município, devam ser proibidos de apresentar seus projetos e buscar sua aprovação pelo sistema legal.

Muito pelo contrário, os projetos de loteamento/desmembramento que se iniciam pelo caminho correto devem sim ser aprovados provisoriamente e, posteriormente, definitivamente pelo Poder Executivo, caso cumpram os requisitos legais, pois só assim a população local terá acesso a imóveis urbanos servidos com obras de infra estrutura e possibilidade de obterem título de propriedade da área adquirida, o que, por consequência, acabará jogando à margem do mercado loteadores aventureiros, que promovem sua atividade empresarial à margem da Lei.

3- Resposta ao item "c":

Quando o Poder Legislativo local obter qualquer notícia de que algum loteamento esteja sendo executado sem a autorização definitiva do Poder Executivo local, oficiará imediatamente todos os órgãos federais, estaduais e municipais competentes, assim como o Ministério Público, para que tome as medidas legais cabíveis.

Igualmente, se obter a notícia de que algum empreendimento obteve licença definitiva do Poder Executivo, sem que tenha cumprido a legislação em vigor, imediatamente oficiará todos os órgãos federais, estaduais e municipais competentes, assim como o Ministério Público, para que tome as medidas legais cabíveis.

Assevera por fim que, salvo melhor juízo, cabe ao Poder Legislativo, como principal atribuição sua, o dever de legislar, e não tomar medidas práticas ou executivas

para tentar coibir loteamentos clandestinos, não havendo desta forma, possibilidade dos vereadores serem responsabilizados pessoalmente por atos ilícitos eventualmente praticados por terceiros, cuja efetiva coibição e punição cabe ao Poder Executivo e ao Judiciário.

Neste rumo, nem que o MP-SP entendesse que alguma Lei Municipal de autoria do Poder Executivo local tenha sido aprovada em descompasso com a legislação federal, estadual ou municipal, caberia a responsabilização pessoal dos vereadores, mas, tão somente, o questionamento de sua constitucionalidade perante o órgão judicial competente, já que a apreciação de um projeto de lei, quanto ao seu mérito e conveniência, decorre do exercício de uma atribuição constitucional, não cabendo ao Judiciário ou ao Ministério Público punir qualquer vereador pelo fato de poder exercer livremente seu direito de voto em relação matérias encaminhadas ao Legislativo local.

Termos em que,
Pede e aguarda deferimento.

Elias Fausto, 14 de Dezembro de 2016.

Câmara Municipal de Elias Fausto
Presidente: Amarildo Braz